



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 572 - DE 16 A 30 DE SETEMBRO DE 2018 - R\$ 4,00

Comitê de Enlace realiza seu IV Congresso

**Trabalhemos energeticamente
para superar a crise de direção**

**Pôr em pé o Partido Mundial
da Revolução Socialista**



Viva os 80 anos da IV Internacional!

Nossa luta pela superação da crise de direção

A primeira e a segunda guerras mundiais evidenciaram que a fase última do capitalismo, que é a imperialista, se caracteriza pela barbárie social. Resolvida a partilha do mundo entre as potências vencedoras e passado o percurso de reconstrução da Europa, após a grande conflagração de 1939-1945 e a guerra da Coreia de 1950-1953, as forças produtivas altamente desenvolvidas voltaram a se chocar com as relações de produção e com as fronteiras nacionais. Retomaram-se as crises de superprodução e, conseqüentemente, as guerras comerciais. Reiniciaram uma nova etapa de armamentismo, de intervencionismo imperialista e de guerras civis internacionalizadas. As massas exploradas em toda a parte e as nações oprimidas arcaram e arcam com a impossibilidade do capitalismo continuar desenvolvendo as forças produtivas mundiais. O desemprego, subemprego, pobreza, miséria e fome, que desde sempre estiveram nas entranhas da sociedade de classes, se projetaram em grande escala.

Em contraposição histórica, a revolução russa de 1917 e as posteriores revoluções em outros países da Europa, Ásia e América Latina, romperam importantes elos da cadeia mundial do capitalismo e abriram caminho à sua transição para o socialismo. Foram gigantescas conquistas do proletariado internacional, que marcaram grande parte do século XX. Em particular, a revolução russa se distinguiu por ter constituído uma direção revolucionária marxista-leninista. Ergueu em alta escala o programa e a teoria do socialismo científico. O que possibilitou fundar a III Internacional, cujos Primeiros Quatro Congressos ampliaram a concepção internacionalista, necessariamente presente nas revoluções proletárias. Forjaram o programa e a tática mundiais, que serviram de guia à construção dos partidos comunistas no mundo todo. A centralização programática, estratégica, baseada na sólida teoria marxista, permitiu à III Internacional funcionar como Partido Mundial da Revolução Socialista. Essa monumental conquista foi amparada pela democracia interna à Internacional e às suas seções. A elaboração coletiva e o método da crítica e autocrítica consubstanciaram na prática o centralismo democrático. O internacionalismo proletário foi o pilar de sustentação da III Internacional e, portanto, da luta de classes mundial. Evidenciou organizativa e programaticamente que toda revolução proletária por sua forma é nacional e por seu conteúdo internacional. De maneira que a revolução em um país imediatamente se projetaria mundialmente. As conquistas nacionais da revolução não poderiam fechar em si mesmas e era inconcebível construir o socialismo em um só país.

As revoluções se deparam com as contrarrevoluções. O proletariado que enfrenta a contrarrevolução em seu país encontra suas forças nas revoluções de outros países. Nos países em que triunfou a revolução, sua força depende do desenvolvimento da revolução em outros países. A III Internacional foi edificada sobre a base da necessidade concreta de a revolução russa se apoiar na luta do proletariado mundial e, por essa via, combater a contrarrevolução imperialis-

ta que a cercava. A centralização do proletariado mundial pela III Internacional, que comandava estrategicamente os partidos comunistas, se mostrou como condição para reunir forças opostas à contrarrevolução burguesa. Não por acaso, o internacionalismo leninista se apoiava na tese de que a sobrevivência da revolução russa dependia do desenvolvimento da revolução europeia.

A liquidação programática e física da III Internacional por obra de Josef Stalin desarmou o proletariado mundial. Esse desarme refletiu o processo da contrarrevolução instalado no seio do próprio Estado operário, a que Trotsky caracterizou como termidor da revolução russa. A dissolução da III Internacional, em meados de 1943, respondeu às exigências do imperialismo para que a União Soviética participasse dos acordos de partilha do mundo pós-guerra. Essa via, que inicialmente parecia servir à defesa da União Soviética e ao fortalecimento do movimento revolucionário mundial, na realidade, adaptava a burocracia contrarrevolucionária aos interesses históricos do imperialismo. Passado o processo de reconstrução, sob a condução da potência norte-americana, o imperialismo se viu fortalecido e capaz de reorganizar as forças contrarrevolucionárias, dirigidas a derrubar a cidade-mundial do proletariado, que era a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Era questão de tempo para que a burocracia estalinista, que acabou gerando frações, concluísse como força motriz da restauração capitalista e do desmoronamento da URSS. A derrota da Oposição de Esquerda Russa permitiu à burocracia estalinista se firmar como termidor. A fundação da IV Internacional, em 1938, garantiu a continuidade do programa internacionalista dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional. Não havia, porém, condições históricas para derrotar a contrarrevolução estalinista e reconstituir as forças mundiais do proletariado. O triunfo do imperialismo impôs um devastador retrocesso às conquistas das revoluções proletárias.

Eis por que, hoje, enfrentamos uma crise de direção mais profunda que a de 1938. A desintegração da IV Internacional, nos anos 1950-1960, atingida pelo revisionismo, contribuiu para ampliar o retrocesso. Em 2008, eclodiu a mais profunda crise mundial do capitalismo pós-guerra. Em toda a parte, o proletariado, a maioria explorada e as nações oprimidas enfrentam ataques brutais às suas condições de existência. A guerra comercial, finalmente, foi declarada pelos Estados Unidos. Recrudescer o intervencionismo imperialista. E avançam as ameaças de guerras entre potências militares. É nessas condições que se realizou o IV Congresso do Comitê de Enlace, que teve por norte a luta pela superação da crise de direção revolucionária. A bandeira de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista deve ser empunhada pelo proletariado e por sua vanguarda consciente. O POR do Brasil se empenhou e se empenhará, cada vez mais firmemente, no trabalho internacionalista. O que exige a construção do partido marxista-leninista-trotskista no seio do proletariado brasileiro.

Lições da greve na Lorenzetti

Depois de três dias de greve, o diretor do sindicato, Roberto Dias, o Ninja, realizou uma assembleia, com os trabalhadores do primeiro turno, para informar e colocar em votação o acordo que havia sido negociado com a empresa no dia anterior. Disse qual foi a resposta da empresa aos 10 itens da pauta de reivindicações.

1. Sobre a Nona hora (direito dos trabalhadores do terceiro turno, que a empresa havia parado de pagar). O Ninja informou que a empresa não voltará a pagar. Segundo ele, a empresa falou que os trabalhadores que desejassem receber deveriam entrar na justiça;
2. Sobre a comissão de fábrica. Os trabalhadores exigem o direito de constituir uma comissão de fábrica eleita pelos próprios trabalhadores do chão-de-fábrica. A empresa disse NÃO! Pelo acordo que o Ninja anunciou como sendo um avanço, a comissão terá 15 representantes indicados pela empresa e 2 indicados pelos trabalhadores. Como podemos ver, será uma comissão que defenderá o patrão e não os trabalhadores;
3. Reajuste salarial. A empresa se negou a discutir qualquer reajuste. Pelo acordo negociado no ano passado, os companheiros irão receber 1,83%, em setembro;
4. PLR. O acordo está em vigência por dois anos. Vencia em novembro, mas, para receber em fevereiro. Com a luta, o valor passará de R\$ 1.630,00 para R\$ 1.900,00;
5. Vale alimentação. Também existia acordo por dois anos. Com a luta, o valor passará de R\$ 191,00 para R\$ 216,00;
6. Atestados médicos. Ficou a versão da empresa, que alega estar agindo corretamente, quando não aceita os atestados médicos. Os trabalhadores denunciam que a empresa, para aceitar o atestado, exige que eles tragam o laudo médico;
7. Pressão aos trabalhadores. Também ficou a versão da empresa, de que não faz pressão;
8. Revezamento. A empresa aceita o revezamento em alguns setores e postos de trabalho;
9. Desconto de dois dias que a empresa fez dos trabalhadores, na greve geral de 28 de abril;
10. Sobre os três dias de greve: serão descontados um dia por mês.

Em seguida, o Ninja falou que esses eram todos os itens negociados com a empresa e que não havia se esquecido de nenhum. NÃO É VERDADE! O Ninja se esqueceu de colocar a principal reivindicação, na reunião com a empresa, que é o fim da jornada 12x36, que aumenta a exploração e reduz os salários em R\$ 400,00. Por que o sindicato não colocou a exigência dos trabalhadores de fim da jornada 12x36? SIMPLES! Para não se chocar com a empresa. Porque a direção sindical pelega sabe que a empresa ganha muito com a aplicação da jornada 12x36 e, por isso, não abriria mão, a não ser com o

fortalecimento da greve.

Depois de mencionar os itens negociados, o Ninja defendeu o acordo dizendo que havia sido um avanço, parcial, dentro do que era possível. Discurso típico de quem não acredita e não quer utilizar toda a força da classe operária para defender suas reivindicações.

O Ninja necessitou colocar o acordo em votação duas vezes. Na primeira votação, perguntou: “Quem está de acordo com a assinatura desse acordo e a volta aos postos de trabalho, por favor, levante as mãos”. Pouco mais da metade dos trabalhadores levantou as mãos. O que demonstrou que havia resistência, mesmo depois do diretor fazer uma defesa do acordo, que mais parecia um representante do RH da empresa e não dos trabalhadores. Ninja, então, disse que iria colocar outra vez em votação e pediu aos trabalhadores que não cruzassem os braços e votassem. Na segunda votação, ele perguntou: “Quem está de acordo em dar encaminhamento nesses “avanços” dessa pauta, por favor, levante as mãos pessoal”. A grande maioria levantou as mãos. Ninja deu os parabéns, feliz. Em seguida, colocou em votação quem era contrário. Alguns operários, mesmo constrangidos, votaram contra.

Foram os trabalhadores que pressionaram o sindicato para decretar a greve. Instintivamente, os operários se colocam em pé de luta contra o patrão. Uma direção classista reúne forças para enfrentar a brutal exploração. Desgraçadamente, a direção sindical é burocrática e conciliadora.

A greve foi traída

Os operários e operárias estavam pela greve. Sabiam que era a única arma para breçar a implantação da jornada de 12x36 e conquistar as demais reivindicações. Não foi a direção do sindicato que organizou a greve. Foram os trabalhadores que pressionaram o sindicato para decretar a greve. Coletivamente, sentiam na pele o aumento da exploração capitalista e a piora de suas condições de vida. A disposição de greve não se manifesta a todo dia. O descontentamento vai crescendo, até o ponto em que se coletiviza e, instintivamente, os operários se colocam em pé de luta contra o patrão. Uma direção classista incentiva todos os dias os trabalhadores a reunirem forças para enfrentar a brutal exploração.

Desgraçadamente, a direção sindical não é classista, mas sim burocrática e conciliadora. Está aí por que procurou evitar a greve, cancelando o seu início, que seria no dia 17 de agosto, sob a justificativa de que a Lorenzetti havia convocado uma reunião. Nesse momento, a direção burocrática feriu um princípio da luta operária: não se negocia com o patronato desarmando a greve. Os operários paralisados são uma força viva. Os operários trabalhando são uma força passiva. É como força viva que impõem ao patrão suas reivindicações. Depois de fe-

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

rir esse princípio, a direção burocrática não teve outro remédio a não ser convocar a greve. O patrão não ofereceu nada e ainda por cima fez pouco caso da greve. Sabia que podia pagar para ver. Tinha certeza que a direção sindical iria trair.

A greve se iniciou no dia 28 de agosto. Aí, a burocracia do sindicato achou uma forma de fazer uma greve de mentira. Dizemos de mentira, porque tinha no bolso a data de sua finalização, antecipadamente marcada. A maneira de encurtar ao máximo a greve é fazer com que nasça fraca e que não desperte a confiança coletiva na possibilidade da vitória. Assim, a burocracia fez da greve de toda a fábrica em uma greve por turnos. A Lorenzetti tem três turnos. A principal reivindicação, que era de acabar com a jornada de 12X36, surgiu no terceiro turno. Mas, era de interesse de todos os trabalhadores, uma vez que, com a reforma trabalhista, o patrão vinha e vem preparando para ser adotada em toda a fábrica. Essa reivindicação deveria ser bem entendida e afirmada por todos. Deveria ser a principal reivindicação da greve. Isso por que a mudança na jornada normal de 8 horas é uma forma do capitalista de aumentar a exploração e obter maior lucro. Não por acaso, segundo cálculos, com a jornada de 12X36 há uma perda de R\$ 400,00 nos salários. Está claro que assim se aumenta a produção e se reduz o ganho dos operários. As demais reivindicações deveriam estar subordinadas a essa reivindicação principal. O que não quer dizer que não fossem importantes. Ocorre que parte delas diz respeito ao salário indireto, como é o caso da PLR e vale-alimentação.

Uma direção classista, fiel às necessidades e à luta dos trabalhadores, se agarraria na defesa do fim da jornada de 12X36 e seria firme na defesa do aumento salarial. Como a direção é burocrática, fez o contrário. Pôs de lado, desde o início, a reivindicação da jornada e se agarrou nas migalhas que o patrão estava disposto a dar, como salário indireto (que não é incorporado ao salário). Aproveitou a fraqueza do segundo turno para amortecer a greve e torná-la curta. A assembleia por turno facilitou as pressões patronais e as manobras da própria burocracia. Está aí por que a direção não quis montar nenhum piquete contra os fura-greve e, ainda por cima, incentivou a quebra do movimento a partir do segundo turno. Não quis convocar a assembleia geral, uma vez que mantinha a greve dividida por turnos. Ao contrário, uma direção classista reforçaria logo de início o movimento, praticando a verdadeira democracia operária. A assembleia geral, democrática e soberana é o principal organismo para garantir a unidade dos trabalhadores, fechar passagem aos fura-greve e impedir o jogo patronal de negociar migalhas.

Uma direção classista constituiria um comando de greve eleito na própria assembleia, de maneira que a direção do movimento e as negociações com o patrão teriam assegurado a vontade soberana da assembleia geral. Como vimos, a burocracia sindical é avessa à democracia operária. Estamos diante de uma grande lição: a democracia operária é necessária para unir os grevistas em uma só força, realizar a greve ativa e elevar a consciência política da classe operária. É assim que se

| Greve na Lorenzetti

pode vencer a inflexível posição do patronato.

A farsa da “vitória parcial”

Há ainda que rejeitar a avaliação de Ninja de que a greve poderia ser suspensa porque já havia obtido uma “vitória parcial”. O aumento no valor do vale-refeição e da PLR foi uma migalha. A greve poderia atingir a produção e obrigar o patrão a atender o conjunto das reivindicações, se tivesse sido unitária, firme e ativa. O corpo-mole da direção burocrática permitiu ao patrão ser inflexível e jogar com as migalhas. As migalhas foram usadas para a direção burocrática ter uma justificativa para impor o fim da greve. Essa foi a jogada política entre patrão e direção do sindicato.

Comissão de fábrica pró-patronal

Como parte da negociata da direção burocrática com a Lorenzetti, entrou a comissão de fábrica. Ninja disse que foi bom ter conseguido ter 2 representantes do sindicato numa comissão em que o patrão indica 15. Somente aqueles muito despolitizados ou tontos podem acreditar nessa mentira. Essa comissão não tem nada de uma verdadeira comissão de fábrica, que deve ser composta apenas por operários eleitos diretamente por seus companheiros.

A verdadeira comissão de fábrica é uma grande conquista, que depende de um poderoso movimento organizado desde o chão-de-fábrica. A burocracia sindical não tem nenhum interesse pela comissão de fábrica verdadeira. Isso por que representaria uma direção vinda das bases operárias. O patronato não aceita, nem em pensamento, que os operários se organizem independentemente e ganhem força no interior da fábrica. Uma verdadeira comissão de fábrica, portanto, é imposta ao patrão e não é uma concessão do patronato.

Como se vê, não houve nenhuma vitória com a comissão pró-patronal. É importante que os operários aprendam que sua organização coletiva depende apenas de suas próprias forças e da elevação da consciência política classista.

A greve da Lorenzetti atingia a reforma trabalhista

O questionamento da jornada de 12X36 atingia e atinge a reforma trabalhista imposta pela ditadura civil de Temer. A greve da Lorenzetti, na realidade, não era apenas um problema local. Dizia respeito a toda classe operária, que está diante da reforma trabalhista e da lei da terceirização. A burocracia sindical baixou a cabeça para os patrões e o governo. Não mexeu uma palha para organizar a luta geral dos trabalhadores contra a reforma trabalhista.

A derrota do patrão da Lorenzetti abriria caminho para as demais fábricas se levantarem contra as alterações na jornada de trabalho, nos contratos e nos direitos. Está aí por que uma direção classista, imediatamente, convocaria assembleia em outras fábricas para organizar o movimento geral em defesa da greve da Lorenzetti e pela derrota da reforma trabalhista e da terceirização.

É muito importante divulgar essa experiência grevista em todas as fábricas. Inevitavelmente, surgirão outras greves contra o aumento da jornada, redução salarial e perda de direitos.

Organizar a direção fabril

Não houve uma derrota política da greve. A maioria dos trabalhadores se viu forçada a suspender o movimento. Aumentou o descontentamento com a burocracia sindical. Essa experiência servirá para a próxima luta, que pode ser mais rápida do que se pode imaginar.

A principal lição é de que a classe operária tem de construir direções classistas. Direções essas opostas à direção burocrática que controla o sindicato e pratica a política da conciliação de classes. Na greve, surgiram operários mais conscientes da luta. Mas que não puderam se constituir na direção da greve. A experiência vai ajudá-los a compreender essa necessidade. Em toda luta, surge uma direção natural. É preciso que se politize e assim inicie um trabalho de organização independente da classe operária diante da burocracia traidora e do patronato.

O Boletim Nossa Classe trabalhou pela vitória da greve

Hoje, podemos fazer esse balanço da suspensão da greve, porque apoiamos o movimento da Lorenzetti, cujo único in-

teresse era o da vitória dos operários. É um passo importante se os companheiros que vivenciaram a intervenção do Boletim Nossa Classe se dispusesse a organizar e elevar sua consciência política. Em resumo, essa foi a nossa defesa da greve:

- 1) Convocar assembleia geral;
- 2) Constituir um comando de greve eleito na assembleia;
- 3) Unir os três turnos na greve por meio da assembleia geral e do comando eleito;
- 4) Tornar a greve ativa por meio de manifestações e bloqueios do corredor fabril;
- 5) Promover o movimento de solidariedade nas fábricas vizinhas e expandir o movimento contra a reforma trabalhista e a lei da terceirização;
- 6) Defender todas as reivindicações, tendo como eixo o fim da jornada de 12X36. Defesa da redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários;
- 7) Defender a constituição da comissão de fábrica, eleita diretamente pelos trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe cumpriu seu dever agitando nas portas de fábricas a solidariedade operária à greve da Lorenzetti.

Roraima

Pobres contra pobres: brutal retrato da decomposição do capitalismo



Na quinta-feira, 6 de setembro, o brasileiro Manoel Siqueira de Sousa e o venezuelano José Antonio Gonzalez morreram, em consequência de uma briga ocorrida nos arredores do abrigo para refugiados sem-teto, no bairro Jardim Floresta, Boa Vista, Roraima.

Segundo a imprensa, Gonzalez teria tentado roubar alimentos de um mercado, quando foi impedido por Siqueira Sousa. Testemunhas disseram que Gonzalez escapou de Sousa e o esfaqueou. Um grupo de brasileiros perseguiu o venezuelano e o espancou até a morte. Seu corpo foi arrastado até a favela onde morava e jogado na rua.

O trágico incidente se inscreve no marco de uma crescente onda de ataques contra imigrantes venezuelanos, a exemplo do que ocorreu em Pacaraima, quando um abrigo de acolhimento foi queimado por uma manifestação aos gritos de “Fora vene-



zuelanos do Brasil!”. Um comerciante teria também denunciado um roubo por venezuelanos. O mesmo se passou na cidade de Mucajaí. 1,2 mil venezuelanos retornaram à Venezuela, temendo por suas vidas.

Dias depois das mortes, uma operação militar deslocou os venezuelanos para outras localidades. O exército bloqueou os acessos à favela, onde moram os venezuelanos. Ameaças de novos linchamentos tinham sido realizadas por inúmeros grupos de brasileiros diante das precárias casas, cortiços e miseráveis tendas que servem de abrigo aos imigrantes. Mas, não é com medidas policiais e repressivas que se freia a violência social de pobres contra pobres. Esses choques têm por base a grave crise capitalista, que destrói direitos e empregos, espalhando a miséria e a pobreza e criando, assim, o caldo de uma violenta luta concorrencial pelos empregos e salários. O profundo atraso

político das massas impede que compreendam que os inimigos não são os imigrantes, mas sim a burguesia e os seus governos.

É sobre esse processo mais geral de agravamento da crise capitalista, e de suas consequências sobre as massas, que mais de 1,2 milhões de venezuelanos se espalharam por toda a América Latina, acendendo o pavio do chauvinismo em todos os países que os recebem. Isso explica por que bastaram que algumas centenas de imigrantes entrassem no Brasil para potenciar uma crise social e política de grandes proporções. Aproveitando-se dessa situação, os partidos burgueses procuram potenciar suas candidaturas para as eleições de outubro. Exploram e exacerbam demagogicamente as manifestações xenofóbicas, ou pousam de humanitários pesarosos com a dor dos imigrantes. O bandido Romero Jucá chegou a propor cotas restritivas à entrada de venezuelanos no país. E não poucos defenderam o fechamento e militarização das fronteiras.

Nota-se que as diversas frações da burocracia política burguesa se utilizam dos conflitos sociais, que surgem do alargamento da miséria e fome, para reforçar o atraso político dos explorados. As massas são iludidas quanto às reais causas econômicas e políticas que alavancam a destruição de suas condições de vida e logo se veem arrastadas ao campo do eleitoralismo burguês, onde não acharam nenhuma resposta a suas necessidades vitais.

O certo é que os exploradores estão se aproveitando do desespero dos imigrantes venezuelanos para ampliarem a jornada de trabalho, imporem salários miseráveis e obterem lucros extraordinários. Segundo recentes pesquisas, mais de 90% dos venezuelanos que conseguiram um emprego trabalham sem contrato assinado e em condições de escravidão, nas fazendas, produções agroindustriais e comércios da região. Os salários não ultrapassam R\$ 600 por mês e as mulheres que trabalham como faxineiras recebem apenas R\$ 15 por dia. É nessas condições que a burguesia impulsiona uma redução geral do preço da força de trabalho e das condições trabalhistas. Eis como a brutal concorrência entre os assalariados acaba despertando o chauvinismo entre os mais pobres e favorecendo a ação da burguesia de dividir e de opor os explorados por meio da nacionalidade. É o que se constatou e se constata em Pacaraima, Mucajaí e Boa Vista.

A burguesia nacional e o governo golpista podem posar demagogicamente de defensores do direito dos imigrantes de ingressarem e permanecerem no país. Ao mesmo tempo, se vêm obrigados a aplicar medidas de contenção ao livre acesso.

Estão aí as bases materiais e sociais que explicam por que o que poderia passar por mais um caso policial expôs o brutal retrato da barbárie social impulsionada pela decomposição do capitalismo.

O fundamental dessa constatação está em que o profundo atraso político das massas impede que venezuelanos e brasileiros oprimidos se ergam como uma só força em defesa de seus interesses comuns e combatam a burguesia e seus governos com os métodos da ação direta. É nesse sentido que, em Roraima, se manifesta a gravidade da crise de direção revolucionária do proletariado. A ausência do partido marxista-leninista trotskista impede reunir as massas em uma frente única em defesa das condições de vida, dos empregos e dos salários contra seus exploradores comuns.

A classe operária deve se colocar pelo direito irrestrito dos imigrantes de ingressarem e de obterem a permanência definitiva, se assim desejarem; deve lutar por plenos direitos políticos e trabalhistas-previdenciários a todos os trabalhadores, sem distinção de nacionalidade; deve lutar pelo o livre acesso aos serviços básicos indispensáveis (saúde, educação, moradia, etc.) dos imigrantes. O movimento operário voltado contra a exploração do trabalho tem condições de reconhecer os explorados venezuelanos como parte do proletariado mundial. A distinção de nacionalidade é obra da burguesia, de seus governos e de seus partidos.

Certamente, a classe operária na Venezuela não acordou para a crise em seu próprio país. Está sob o controle do nacional-reformismo moribundo. A ausência

do partido revolucionário é o denominador comum que explica a desorganização dos explorados e a gigantesca dificuldade de reunir forças para combater o avanço da barbárie e lutar pelo poder operário e camponês. Assim, vem crescendo a dispersão de um importante contingente de explorados, que não vê como se defender do desemprego e da crescente miséria que tomou conta da Venezuela. A burguesia brasileira culpa a política econômica do chavismo e a “ditadura” de Maduro, como se no Brasil não se expandissem a pobreza e miséria, não houvesse ocorrido um golpe de Estado e não existisse uma ditadura civil. É preciso rechaçar as mentiras da burguesia brasileira e do imperialismo que usam a situação dos imigrantes para promover a derrubada do governo venezuelano pela via de um golpe militar. A bandeira do proletariado é a do internacionalismo. De unidade dos explorados contra os exploradores. De organização independente e de combate pelo socialismo.



Nota-se que as diversas frações da burocracia política burguesa se utilizam dos conflitos sociais, que surgem do alargamento da miséria e fome, para reforçar o atraso político dos explorados.

Em defesa do Voto Nulo

Pela construção do Partido Operário Revolucionário

As eleições são o campo próprio da disputa política entre os partidos da burguesia. Eis por que jamais a classe operária chegará ao poder por essa via.

A eleição do operário metalúrgico Lula, em 2002, criou a ilusão de que isso era possível. As massas exploradas foram ludibriadas pelo fato de Lula ter sido um metalúrgico, presidente do sindicato e dirigente da importante greve contra a ditadura militar.

A possibilidade de um operário ser eleito presidente da República apenas mostrou a profunda crise dos partidos da burguesia. Naquele momento, representou a derrota eleitoral do PSDB, PMDB e PFL. O PT se projetava como um novo partido, fundado em 1980, de origem de classe distinta dos seus concorrentes burgueses. O PSDB, PMDB e PFL têm suas raízes nos velhos partidos da “República Nova” e sustentaram a ditadura militar, instaurada em 1964. Derivaram, portanto, da Arena e do MDB. Tais partidos representavam as frações da burguesia oligárquica brasileira.

O PT, por sua vez, surgiu vinculado ao movimento sindical, principalmente entre os metalúrgicos, e setores da pequena burguesia. Ergueu-se, porém, não como um partido operário, mas como um partido policlassista. Adaptou-se, desde o início, à reforma partidária pós-ditadura militar e passou a trilhar a via eleitoral para chegar à presidência da República.

Teve de procurar aliados entre os partidos da burguesia. Sua primeira coalizão, nesse sentido, foi com o grande empresário nacional do ramo têxtil, José Alencar, cujo partido não passava de uma pequena sigla (PL). Posteriormente, já no comando do Estado burguês, ampliou muitíssimo a aliança partidária, incluindo nela o mais oligárquico de todos os partidos, que era o PMDB.

O PT teve a oportunidade de governar o Brasil por 13 anos. Tempo suficiente para evidenciar o conteúdo de classe burguês de seu governo. O metalúrgico Lula se converteu em instrumento da política de dominação da classe capitalista sobre a classe operária e os demais oprimidos. Os trabalhadores puderam ver que não se tratava de um governo proletário, mas sim um governo burguês.

A ausência de um partido operário revolucionário constituído no seio do proletariado impossibilitou que essa experiência se transformasse em consciência de classe e se impulsionasse a independência política dos explorados. As massas não tiveram alternativa a não ser se guiar pela diferença entre o governo de Lula e o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Diferença que diz respeito à redução do desemprego, ao reajuste do salário mínimo acima da inflação, à ampliação do programa assistencialista (Bolsa-Família, etc.) e ao maior acesso de uma parcela da população pobre ao ensino superior, por meio de subsídios estatais aos empresários da educação e pela ampliação da rede

pública federal.

Esse programa governamental, de caráter reformista, somente foi possível com o crescimento econômico que ocorreu a partir de 2003. O que também permitiu às famílias operárias recompor em parte os seus ganhos. A classe média foi a mais beneficiada. Essa política não pôde ter continuidade no governo de Dilma Rousseff, que enfrentou os impactos da crise mundial aberta em 2008. As demissões ganharam força, o desemprego aumentou, a política de valorização do salário mínimo veio por terra, os programas sociais foram sendo limitados e direitos foram retirados. Não se pode desvincular os dois governos burgueses do PT, Lula e Dilma. Agiram de acordo com a situação econômica e com os interesses gerais da burguesia, inclusive do imperialismo.

O golpe de Estado revelou aos olhos das massas a impotência política do PT. Não foi possível convencer uma importante parcela dos explorados, principalmente a camada da classe média, que seguia o petismo, de que não havia mergulhado na corrupção. O

A ausência de um partido operário revolucionário constituído no seio do proletariado impossibilitou que a experiência dos explorados com o PT se transformasse em consciência de classe e se impulsionasse a independência política dos explorados.

PT e seus aliados (Frente Brasil Popular, MST, CUT, UNE, etc.) se mostraram incapazes de combater a ditadura civil de Temer e órgão do golpe de Estado, que foi o Congresso Nacional.

O governo de Temer, rejeitado pela maioria da população, pôde assim impor a reforma trabalhista, a lei da terceirização e os brutais cortes nos gastos sociais. De maneira que o PT e aliados passaram a reorganizar a oposição burguesa. Condenaram o golpe, mas não combateram o governo usurpador com as bandeiras e o método da classe operária. Limitaram-se a algumas manifestações de seus partidários, a atuar no âmbito da justiça e a retomar o caminho da via eleitoral. A responsabilidade da CUT e da Força Sindical em desmontarem o movimento que culminou com a greve geral de 28 de abril selou definitivamente a colaboração do PT e aliados com a transição da ditadura civil às eleições. Sua política foi a de aproveitar a instabilidade do governo Temer e a continuidade da crise econômica para levar a transição até a constituição de um governo a ser restabelecido pelas eleições.

Ocorre que estava previsto no golpe do impeachment a prisão de Lula. A frente burguesa golpista e as mais poderosas frações da burguesia não podiam admitir a volta do PT ao poder. O que seria possível com a candidatura de Lula. O processo movido contra o ex-presidente pela Operação Lava Jato e sua condenação se deu sobre a base de uma fraude judicial. Lula foi condenado sem que as provas fossem apresentadas. Tornou claro que se tra-

tava de uma decisão política discricionária que se colocou por cima da jurisprudência.

A manutenção do apoio a Lula de quase 40% dos eleitores atingiu em cheio a disputa eleitoral e a conclusão da transição. O caudilho desde a cela da Polícia Federal questionou a legalidade e a legitimidade burguesas do pleito eleitoral. Finalmente, a justiça confirmou a cassação dos direitos políticos de Lula e o seu vice Fernando Haddad ocupou o posto de candidato à presidência, tendo como vice Manuela d'Ávila, representante do PCdoB estalinista.

As eleições em curso, portanto, são as mais antidemocráticas, realizadas após o fim da ditadura militar. Resultam do golpe de Estado, se dão sob a ditadura civil, impedem o candidato com maior apoio eleitoral de concorrer, estão limitadas pela minireforma política, pela intervenção dos monopólios dos meios de comunicação e pela ostensiva influência do obscurantismo religioso. Nessas condições, potenciou-se a candidatura da direita fascizante, encarnada pelo ex-militar Jair Bolsonaro. Um setor militarista, vinculado ao golpe de 1964 e ao regime militar, vem ganhando influência política, utilizando-se das eleições.

O candidato orgânico da burguesia e do imperialismo, Geraldo Alckmin, enfrenta uma grande rejeição do eleitorado. Espera mudar essa situação por meio maciça propaganda eleitoral, objetivando chegar ao segundo turno. O PT terá de garantir a transferência de votos de Lula a Haddad, também para alcançar o segundo turno. Estão à sua frente as candidaturas de Ciro Gomes, Marina Silva e a do próprio Alckmin. A disputa agora está em como arregimentar os explorados em torno das candidaturas burguesas.

Manifesto

As candidaturas pequeno-burguesas do PSOL, Guilherme Boulos, e a do PSTU, Vera Lúcia, têm pouca expressão eleitoral. Sequer cumprem a função de usar as eleições como meio para mobilizar os explorados contra as eleições antidemocráticas e as medidas antinacionais e antipopulares do governo golpista. Principalmente Boulos suscita ilusões democráticas com palavreado sobre as reformas democráticas e populares. As massas não têm como ouvi-lo, uma vez que lhe falta aparato suficiente e repete as cantilenas reformistas do PT.

Tudo indica que os explorados serão colocados diante da polarização burguesa entre a ultradireita e centro-direita ou centro-esquerda. Essa é a armadilha montada pelas eleições pós-golpe de Estado. A classe operária e demais explorados não têm como expressar sua revolta nas eleições antidemocráticas. Estão sendo conduzidas para um funil. As camadas que prometem abster ou votar nulo sofrem o assédio da campanha em favor do voto, realizada na forma de uma frente única que vai da direita à esquerda, das instituições estatais às igrejas.

A enorme resistência da população em seguir os partidos da burguesia no plano eleitoral reflete a desconfiança, o descrédito e o descontentamento com a situação de desemprego, subemprego, pobreza e miséria.

O Partido Operário Revolucionário em construção denuncia o caráter antidemocrático dessas eleições e rechaça de conjunto

os partidos burgueses e os partidos de esquerda que a elas se submetem. É preciso ter claro que as eleições fazem parte da democracia oligárquica em decomposição. A profunda corrupção que envolve todos os partidos da ordem é uma de suas manifestações.

Os explorados somente não transformam seu repúdio à política eleitoral da burguesia em luta direta contra o Estado burguês porque ainda não contam com um partido revolucionário, constituído em seu seio e capaz de dirigir o movimento pelas reivindicações mais elementares contra o poder dos exploradores.

O POR em construção chama a classe operária e demais oprimidos a votarem nulo. A protestarem contra as eleições antidemocráticas. A resistirem à arregimentação eleitoreira. Chama a votar nulo tendo por bandeira a construção do partido operário revolucionário. E a defender o programa de reivindicações contra o desemprego, subemprego, fome e miséria; contra as reformas antinacionais e antipopulares; contra a política que descarrega a crise do capitalismo sobre a maioria oprimida. Chama a votar nulo em defesa do método da ação direta e da estratégia própria de governo, que é o governo operário e camponês, a ditadura do proletariado contra a ditadura de classe da burguesia.

Operários e operárias, camponeses pobres e juventude oprimida, utilizemos o voto nulo contra os partidos da burguesia e contra a democracia burguesa apodrecida. Usemos o voto nulo para lutar pela independência de classe, construindo o partido operário revolucionário.

A enorme resistência da população em seguir os partidos da burguesia no plano eleitoral reflete a desconfiança, o descrédito e o descontentamento com a situação de desemprego, subemprego, pobreza e miséria. Os explorados somente não transformam seu repúdio à política eleitoral da burguesia em luta direta contra o Estado burguês porque ainda não contam com um partido revolucionário, constituído em seu seio e capaz de dirigir o movimento pelas reivindicações mais elementares contra o poder dos exploradores.

A mulher na luta revolucionária pelo socialismo

Vladimir Ilich Lênin

R\$5

Adquira com o distribuidor de Massas:

POR Partido Operário Revolucionário

4 MASSAS

INTERFERÊNCIA DOS MILITARES NAS ELEIÇÕES

Estas eleições são as mais antidemocráticas, desde que se restabeleceu o regime democrático após a ditadura militar. Ocorrem sob um governo imposto, definitivamente, em 31 de agosto de 2016, pelo golpe de Estado. O candidato mais popular, Lula, está preso há cinco meses. O processo que culminou com sua condenação está sob suspeição. Não são poucos os juristas que reconheceram a ausência de provas e violação da norma constitucional.

O golpe, a instalação da ditadura civil de Temer e a perseguição política ao PT deram margem à intervenção de militares na política. Pode-se dizer que houve e está havendo um processo de militarização da política. Os generais deram um ultimato ao judiciário para manter Lula confinado e seus direitos políticos cassados.

Os militares não têm vida própria. São criaturas do capitalismo e serviçais da burguesia. Quanto mais débil for a classe burguesa e frágil sua democracia, mais os militares se elevam por cima delas. Por algum tempo, acreditou-se que, depois da longa ditadura militar por que passou o Brasil, a democratização fortaleceria as instituições do Estado, entre elas os partidos e o parlamento. A eleição de Lula e a chegada do PT ao poder foram interpretadas como sinal de fortalecimento da democracia. A derrubada de Dilma Rousseff por meio do impeachment desfez essa tese, que se revelou uma farsa.

O ex-militar e deputado federal Jair Bolsonaro se aproveitou do golpe e da direitização geral da política burguesa para se projetar como candidato à presidência da República. Ergueu-se como representante da direita fascizante. O seu vice é o general da reserva Hamilton Mourão. A campanha conta com generais da reserva Augusto Heleno Ribeiro e Oswaldo Ferreira. O general Heleno comandou as tropas brasileiras na intervenção no Haiti, em 2004, sob as ordens dos Estados Unidos. Envolveu-se, posteriormente, na intervenção militar nas favelas do Rio de Janeiro. O vice Mourão se destacou na crise do impeachment de Dilma Rousseff por defender o intervencionismo militar, no caso de o judiciário falhar.

Bolsonaro e seus generais ergueram a cabeça em defesa da ditadura militar e dos métodos policiais de funcionamento da política e do Estado burguês. Não ocultaram sequer a orientação favorável à tortura e assassinato de presos políticos. Ocorre que essa plêiade de generais reacionários não fala por si mesmo. Expressam uma tendência das Forças Armadas, provavelmente, com grande influência.

No episódio do atentado contra Bolsonaro, o comandante do exército Eduardo Villas Bôas questionou a “legitimidade do novo governo”. Esse mesmo general foi quem deu o ultimato ao judiciário para manter Lula na prisão. A intervenção sistemática dos militares na condução dos governos, quando não assumindo o próprio comando do Estado, é parte estrutural da história política do País.

A imposição de 21 anos de ditadura militar evidenciou claramente as debilidades da democracia burguesa e a incapacidade de seus partidos de sustentá-la. A democratização parecia inaugurar uma nova etapa de estabilidade política, baseada no funcionamento parlamentar e no sistema eleitoral, estabelecidos na Constituição de 1988. No entanto, o primeiro presidente eleito, Fernando Collor de Melo, foi destituído pela via do impeachment. Vinte quatro anos depois, o impeachment foi usado para derrubar o governo do PT. A distinção desses dois golpes de Estado está em que, neste último, os militares retomaram seu posto de influência direta no governo Temer e na política burguesa em geral.

O fracasso do nacional-reformismo petista, nas condições da crise mundial que atingiu profundamente o Brasil, é parte da decomposição da democracia restabelecida em 1989, com a primeira eleição presidencial, e da recuperação da influência dos militares sobre a política nacional. O PT e seus governos se adaptaram à ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado. É nesse fundamento de classe que os militares ocupam um lugar de tutela sobre o Estado e todas as variantes da política burguesa.

O golpe de Estado ampliou a instabilidade política, impulsionada pela crise econômica que ainda persiste. A ditadura civil de Temer se viu premida desde o início pelos escândalos de corrupção. Não teve como estabilizar o governo transitório. O PT e aliados, reconduzidos à condição de oposição burguesa, se viram obrigados a se conformar, a se orientar para as eleições e a canalizar a revolta dos explorados para o pleito eleitoral. O avanço da instabilidade abriu caminho para a aberta intervenção militar na política.

O próximo governo, certamente, seja quem for o eleito, tomará posse, condicionado pelas novas condições estabelecidas pelos militares. Ciro Gomes foi o mais enfático candidato em dizer que em seu governo os generais estarão subordinados. O que não passa de palavreado. As condições objetivas ditadas pela crise econômica, pela dilaceração da política burguesa e pela tendência de acirramento da luta de classes empurrarão os militares a terem maior espaço no comando do Estado.

A classe operária é a única força social capaz de reagir às tendências direitistas e ditatoriais da burguesia. Está aí por que os partidos em disputa tudo fazem para arrastá-la por detrás das falsificações, mentiras e demagogia eleitorais. Não se pode ter a menor dúvida de que não será com o voto em qualquer um dos candidatos que concorrem com Bolsonaro que se fechará passagem à direita militar. O caminho a ser percorrido desde já é o da organização dos explorados no seu campo próprio de luta, com suas reivindicações próprias e com sua própria estratégia de poder, que se materializa no combate da maioria explorada por um governo operário e camponês, a ser conquistado por meio da revolução proletária.



Disputas interburguesas e eleitoralismo das esquerdas

A campanha eleitoral para o Governo do Estado e Senado Federal mal começou e já evidencia a profunda bancarrota eleitoral do PSDB no Ceará. Segundo a última pesquisa, Camilo lidera, com 64% das intenções de voto, contra 4% do candidato do PSDB, General Theóphilo, que aparece em segundo lugar. No Senado, a situação não é melhor. Segundo a mesma pesquisa, Cid Gomes (PDT) e Eunício Oliveira (MDB) aparecem respectivamente com 55% e 37% das intenções de votos, contra 9% e 6%, respectivamente, dos candidatos da coligação PSDB-PROS, Eduardo Girão e Dra. Mayra.

De todos os grupos e legendas que faziam oposição ao governo de Camilo Santana/PT (que disputa a reeleição) apenas o PSDB manteve-se firme na oposição. O PMDB e o PR, ao passarem para o lado do governador, esvaziaram a oposição burguesa. Camilo Santana, que segue formalmente no PT, mas é integrante do grupo oligárquico dos Ferreira Gomes, pretende fazer um segundo mandato, tal como o de Cid, seu antecessor, como uma maioria esmagadora na Assembleia Legislativa. Nas atuais eleições, o controle sobre a Prefeitura de Fortaleza e o Governo do Estado lhes garante uma poderosa máquina de ação política que se estende pelo interior e arregimenta inúmeros municípios. Os acordos políticos, por sua vez, cumprem um papel de primeira grandeza: a candidatura de Camilo tem por trás a maior coligação do país, 24 partidos, que, para acomodarem-se, exigiram longas negociações e partilha de cargos no primeiro e segundo escalões.

O destino do PSDB no estado tem sido o de se encolher ano após ano. Tudo indica que, nessas eleições, a tendência se manterá. Outras legendas burguesas buscam se potenciar à sombra do governo estadual e já aparecem nessas eleições com mais força do que o partido do outrora poderoso Tasso Jereissati. Sem uma pequena vitória eleitoral para a Assembleia Legislativa, a crise dos tucanos se acentuará, e algumas debandadas serão inevitáveis.

Mal-estar no PT e eleitoralismo no PSOL e PCO

A decisão aprovada no Encontro estadual de tática eleitoral do PT (em julho), que, por 200 votos a 70, aprovou o não lançamento da candidatura de José Pimentel ao Senado, mostrou a impotência das frações mais à esquerda. A decisão promoveu uma diáspora desse setor, que se recusa a fazer campanha para Eunício, e já declara voto em candidatos do PSOL ao Senado.

O PSOL, por sua vez, vive dias de desespero. Seu candidato, Ailton Lopes, aparece com 2% das intenções de voto, o mesmo percentual de Francisco Gonzaga do PSTU, que não fechou com a coligação PSOL-PCB. O PSOL possui um deputado estadual (Renato Roseno), que luta para reeleger e, mais do que isso, para atingir o coeficiente eleitoral de 1,5% definido pela draconiana lei eleitoral. Não casualmente, se tem lançado

ao eleitoralismo mais escandaloso. As propostas de governo apresentadas vão, desde melhor capacitação da polícia e investimentos em inteligência, até incentivos fiscais com qualidade (isto é, sem muitas perdas para o erário estadual), com fins de facilitar a instalação de indústrias no Ceará. Os mesmos passos são seguidos pelo candidato do PCO, Mikaelton Carantino, conhecido burocrata do sindicato Apeoc, que tem defendido armamento da população, nos mesmos moldes do fascista Bolsonaro, e incentivos fiscais para geração de empregos.

O PSOL, como qualquer partido reformista, sabe que não existe, para ele, vida fora do Parlamento. Uma tensão enorme age pressionando seus quadros: sem coeficiente não há verbas do fundo partidário, nem tempo na TV, nem participação em debates ou possibilidade de integrar as comissões do Congresso.

O PSOL, como qualquer partido reformista, sabe que não existe; para ele, vida fora do Parlamento. Uma tensão enorme age pressionando seus quadros: sem coeficiente, não há verbas do fundo partidário, nem tempo na TV, nem participação em debates ou possibilidade de integrar as comissões do Congresso. Sua militância está, por um lado, pressionada pelo medo do fracasso eleitoral e, por outro, pela pressão petista que os acusa de dividir a esquerda e, assim, facilitar a vitória de Bolsonaro. Expressão disso tem sido a

fraqueza da campanha de seus candidatos nas universidades. Entre os psolistas, há os que já se direcionam ao voto útil em Cid Gomes contra Bolsonaro. A razão dos impasses que atravessam o PSOL está na sua incapacidade de se desvincular do reformismo petista. O cálculo de que a crise do PT iria fortalecê-los está longe de virar realidade.

O POR e o Voto Nulo pela construção do partido-programa

O POR defende o voto nulo programático. Não tem como lançar candidaturas próprias ao Governo, Congresso e Assembleia, em razão dos impeditivos legais, nem como manifestar apoio às candidaturas que se mostram profundamente eleitoreiras. Há muito, temos assinalado que não nos furtamos ao debate aberto sobre uma intervenção comum nas eleições, (com as correntes que se reivindicam das esquerdas e do socialismo), desde que por meio de uma plenária democrática e de base para a discussão de um programa e de um plano de lutas. Isso porque possibilitaria que a intervenção eleitoral fosse, de alguma forma, expressão, da frente de luta prática, e não simplesmente uma caça aos votos. As esquerdas legalizadas, porém, tem outros planos: correr atrás de votos e alimentar as ilusões dos explorados na via eleitoral. Dessa forma, o POR se encontra isolado e, como consequência, impulsiona o Comitê pelo Voto Nulo Programático, que reúne contatos, simpatizantes e apoiadores para fazer a propaganda entre os oprimidos de que a única saída possível para a profunda crise que o país mergulha (expressão da crise terminal do capitalismo) não passa pelas urnas, mas antes pela Frente Única Sindical e retomada da Greve Geral. Isto é, ação direta e unificada dos trabalhadores em defesa nas suas condições de vida e trabalho, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Liberdade a Adélio Bispo de Oliveira! Nenhuma lamentação a Bolsonaro!

Sobre o atentado a Bolsonaro, não há o que lamentar. Há muito tempo que o fascista declarou guerra de morte aos explorados e à nação oprimida, ao defender a criminalização da juventude pobre com a redução da maioridade penal, o acobertamento dos abusos policiais com a “retaguarda jurídica” do Estado, a criminalização do aborto, a discriminação aos homossexuais, anuência para que os capitalistas paguem salários diferenciados para as mulheres, a “escola sem partido”, a entrega das estatais e riquezas nacionais ao capital estrangeiro, além de ser favorável à aprovação da Reforma da Previdência e à implementação da Reforma Trabalhista, que coloca uma faca no pescoço de cada pai e mãe de família que tenha que alimentar seus filhos, ganhando menos que um salário mínimo. As suas declarações provocadoras, de criminalização dos partidos reformistas, com o PT e PSOL, e seu falatório “anticomunista”, não poderiam mais do que criar profunda revolta em setores dos explorados e de sua vanguarda. Não é à toa que ele próprio admitiu que já se “preparava para um momento como esse”. Nessa guerra declarada, não importa quem ataca primeiro. Se hoje o Bolsonaro sofre um atentado à facada, amanhã, se eleito, estará aprovando reformas antinacionais e antipopulares, exterminando a juventude pobre e sucateando a educação e saúde.

Adélio Bispo de Oliveira, autor da facada, declarou que agiu “a mando de Deus”, e que se sentia ameaçado pelos discursos de Bolsonaro contra os quilombolas, homossexuais, mulheres, etc. O fato é que sua ação isolada expressa uma revolta deformada diante da direitização da política burguesa, que tem como expressão notável o bolsonarismo. O método equivocado de terrorismo individual, longe de favorecer a luta dos explorados contra a burguesia, favorece a esta última, ao expor isoladamente os lutadores às forças repressivas do Estado burguês. Adélio é produto da confusão e desorganização de um setor da vanguarda diante do avanço das tendências direitistas da burguesia, da impotência e traição do reformismo, bem como da projeção das seitas religiosas. Trata-se de um sintoma da crise de direção e, portanto, da ausência de um partido revolucionário da classe operária, construído e inserido nas massas.

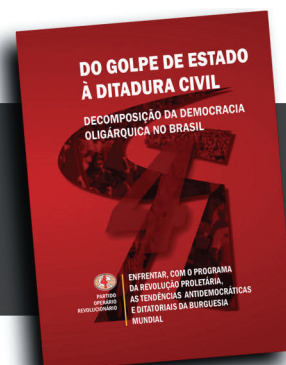
Diante do atentado, armou-se uma campanha política e midiática, com declarações dos vários políticos e partidos (dentre eles o PT, PSOL e o próprio PSTU), jornais e alta burocracia

estatal, que giraram em torno de lamentações, “total repúdio à violência”, “punição aos responsáveis”, e de que se trata de um “atentado à democracia”. O posicionamento do PSOL é singular, pelo fato de Adélio ter sido filiado a esse partido durante cerca de sete anos. Em nota, o PSOL lava as suas mãos e chega a defender a punição de Adélio de Oliveira de acordo com a legislação burguesa, dizendo que espera “das autoridades medidas cabíveis”, e que se trata de “um grave atentado à normalidade democrática e ao processo eleitoral”. Em busca de se preservarem eleitoralmente diante da “opinião pública” da classe média e da burguesia, o PT, PSOL e PSTU se somaram com a campanha reacionária de criminalização que se voltará, mais cedo ou mais tarde, contra as organizações dos explorados; essa postura só favorece confusão e a desmoralização na vanguarda.

Adélio de Oliveira, junto a Rafael Braga, e outros, se somam à lista dos presos políticos. Passou a ser indiciado, pela Polícia Federal, na Lei de Segurança Nacional, lei criada pela ditadura militar, cujas “medidas cabíveis”, se fossem aplicadas à risca, provocariam um amplo cerceamento das liberdades democráticas que ainda restam. Diante disso, é dever da vanguarda revolucionária rechaçar a campanha reacionária da burguesia de criminalização e se colocar em defesa da libertação de Adélio e demais presos políticos.

É preciso rechaçar a postura dos reformistas e centristas que, nos momentos cruciais, se refugiam no moralismo e democatismo burgueses. Faz-se necessário, por fim, superar a crise de direção e organizar a vanguarda combativa e as massas exploradas ao redor do partido revolucionário, que levante a estratégia proletária, a tática e os métodos eficazes e ajustados à luta revolucionária contra a burguesia. Aproveitamos para reafirmar que o terrorismo individual é oposto ao terrorismo das massas (violência revolucionária) em seu enfrentamento ao terrorismo burguês. A defesa de Adélio Oliveira contra a sua prisão e uma possível retaliação posterior desfechada pelos bolsonaristas não implica apoiar o método do terrorismo individual. Venceremos a direita fascista, encarnada na candidatura de Bolsonaro, com a luta geral do proletariado e dos demais oprimidos contra a burguesia e seu Estado. É com a marcha ascendente da revolução proletária que os explorados passarão por cima do cadáver da burguesia.

DO GOLPE DE ESTADO À DITADURA CIVIL
—
DECOMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA OLIGÁRQUICA NO BRASIL



R\$ **35**

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Rondônia

DCE UNIR arregimenta alunos para os debates dos candidatos ao governo do estado

No dia 10 de setembro, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UNIR e o Centro Acadêmico de Direito, em comum acordo com a Reitoria, realizaram o primeiro encontro entre os candidatos que disputam o governo do estado.

Segundo a entidade, o objetivo do debate é o de promover a divulgação e o esclarecimento aos estudantes, professores e técnicos da UNIR, e a população em geral, das opiniões e propostas dos candidatos. No debate, uma das regras era não permitir manifestações, faixas e propagandas eleitorais no local. Seguia os critérios dos debates engessados e antidemocráticos promovidos pelos meios de comunicação monopolistas (Globo,

Bandeirantes, etc.).

Lamentavelmente, as entidades estudantis alimentam ilusões nas eleições, ao invés de potencializar a luta dos estudantes contra a PEC do teto, que cortou na carne os recursos à educação, contra a reforma do ensino médio, que avança a privatização, e contra a terceirização, que se alastra nos serviços da universidade. Acabam fazendo parte da campanha burguesa para arrastar os oprimidos às urnas. Os estudantes mais conscientes devem rechaçar essa conduta das entidades.

A utilização das organizações estudantis para arregimentação eleitoral por trás dos partidos burgueses indica

a necessidade de constituir uma nova direção, proletária, para o movimento estudantil. A UNE e maioria dos DCEs, bem como dos CAs, estão sob o controle da política do nacional-reformismo e do estalinismo. PT e PCdoB, aliados, exercem a hegemonia política, estatizando as organizações estudantis, da mesma forma que estatizam os sindicatos. Embora os partidos da burguesia exerçam pouca influência direta no movimento estudantil, acabam utilizando de suas entidades por meio da política exercida pelos próprios reformistas. Trata-se de travar a luta organizada por penetrar no seio das massas estudantis o programa da classe operária.

Rondônia

SEMANA DE FILOSOFIA, A SERVIÇO DO ELEITORALISMO

Nos dias 3, 4 e 5 de setembro, aconteceu a 4ª Semana de Filosofia, com o slogan "A importância da Filosofia na Educação". O encontro aconteceu no momento em que o governo de ditadura civil de Temer impõe um ataque frontal à educação pública do País, com a reforma do ensino médio e a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A Corrente Proletária Estudantil/POR denunciou a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que retira disciplinas, como a filosofia e sociologia, amplia o ensino a distância, e avança a privatização. Denunciou, também, o eleitoralismo, que procura arrastar os explorados por trás de candidaturas supostamente envolvidas com as necessidades da maioria oprimida. No momento das eleições, os capitalistas, além de contarem com o permanente auxílio dos aparatos gerais do Estado, a cada dois anos colocam de pé o circo eleitoral. Por exemplo: se em 2018, escolhem os algozes dos trabalhadores no âmbito

e vereadores. No parlamento federal, no Congresso Nacional, são 513 deputados federais e 81 senadores, e em torno de 56 mil vereadores. Trata-se, como se vê, de uma máquina eleitoral que movimenta bilhões de reais para manter esses parasitas, que legislam e executam contra a vida dos explorados.

No entanto, a "Semana de Filosofia" acabou reproduzindo o eleitoralismo, e não se colocou sequer pela derrubada da reforma do ensino médio e da BNCC. Esteve na contramão da luta para pôr fim às reformas antinacional e antipopular da ditadura civil de Temer, que só pode ser pela via da ação direta, da unidade dos operários, camponeses pobres e da juventude oprimida. Não será, portanto, por meio das eleições, da pressão parlamentar e das negociatas em órgãos burocráticos da educação pública que conquistaremos nossas reivindicações, entre elas o sistema único, público, gratuito, laico e vinculado à produção social.

Como se constata, a Semana da Filosofia não teve absolutamente nada a ver com a discussão sobre o seu ensino, apesar dos discursos verborrágicos dos acadêmicos. Perdeu-se a oportunidade de colocar para os estudantes e professores a crítica à corrente filosófica idealista e ao obscurantismo teológico que predominam na educação. De maneira que não houve possibilidade de discutir o materialismo histórico e dialético. A Corrente Proletária procurou colocar para os estudantes o objetivo de tornar a Semana em um meio de luta contra a PEC do Teto, a reforma do ensino médio, a BNCC, a reforma trabalhista e a lei terceirização.

R\$5

Adquira com o distribuidor de Massas:

O marxismo e as primeiras formulações sobre a Mulher

August Bebel

POR Partido Operário Revolucionário

4 MASSAS

Prisão do ex-governador do Paraná

Acirram os choques internos no aparato do Estado

Na manhã de 11 de setembro, o GAECO/PR prendeu (prisão temporária) o ex-governador Beto Richa/PSDB, sua esposa, seu irmão, um primo e vários outros cúmplices do ex-governador, acusados de diversos crimes contra o patrimônio público. Ele vinha sendo investigado há muito tempo pelo Ministério Público do Paraná, porém, até agora, conseguiu se safar com apoio do Supremo Tribunal Federal. Afinal ele é o vice-presidente Nacional do PSDB.

Causou, por isso, estranheza a decisão das instâncias judiciárias e políticas de prendê-lo, embora fosse por todos conhecido que estava metido até o pescoço em diversas falcaturas. Chama também a atenção a época em que o estão prendendo: véspera das eleições, em que ele é candidato ao Senado, e está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto.

Coincidentemente, à iniciativa do GAECO/PR, o juiz Sérgio Moro também determinou buscas e apreensões na residência e escritórios do ex-governador e seu grupo, mas não formulou nenhum mandado de prisão contra ele. É evidente que se trata de uma ação orquestrada, a ponto do próprio Gilmar Mendes declarar suspeito o procedimento das autoridades agindo contra Beto Richa no período eleitoral, num processo que se arrasta desde 2010. O maior beneficiado com a sua derrocada é o candidato ao Senado Flavio Arns/Rede,

vinculado à mulher do Juiz Sérgio Moro e envolvido em falcaturas nas APAEs do Paraná.

Trata-se de um embate entre grupos oligárquicos do estado, que, na situação de crise aguda, entram em choque, devido à repartição do botim do estado. Os processos que o Ministério Público vem tocando contra o ex-governador, há anos, se referem a propinas decorrentes de obras superfaturadas, irregularmente pagas com dinheiro do estado, além do favorecimento à Odebrecht e outros grupos em licitações diversas. O MP do Paraná é também do PSDB, partido de Beto Richa, mas, expressa, nesse caso, interesses de outros grupos econômicos prejudicados pela voracidade da quadrilha de Beto Richa.

Uma indicação dessa luta intestina da oligarquia paranaense é a campanha que há meses a RPC – braço da Globo no Paraná – vem fazendo contra Beto Richa, assim como a quantidade de “provas” que imediatamente após a prisão a Rede vem exibindo na televisão.

A justiça do Paraná ainda deve julgar pedido de Habeas Corpus do ex-governador, mas, mesmo que seja solto nos próximos dias, o estrago já está feito, e indica a virulência da luta interna entre os grupos econômicos e políticos que controlam o Estado.

Grito dos Excluídos

Recife

Puro eleitoralismo

O grito dos excluídos surgiu em 1994, como iniciativa das Pastorais Sociais da Igreja Católica. Opunha o “Grito da Independência” à realidade da maioria dos oprimidos e explorados. Nota-se que, desde seu nascedouro, expressa a política do reformismo petista. Em alguns momentos, em oposição aos governos de FHC, se contrapôs ao entreguismo, às privatizações e chegou a ter atos mais radicalizados, com a entrada no meio do desfile de sete de setembro, enfrentando a repressão policial. Com a eleição de Lula, o lema do grito, que já havia denunciado a dívida e reivindicava soberania, passou a ser “Brasil: Mudança pra valer, o povo faz acontecer”, em 2004.

As manifestações deste ano ocorreram sob o manto eleitoral. Em Recife, diferente do ano passado, desta vez todos os partidos estavam presentes. Empunhando bandeiras de luta? Não, disputando votos. O ato partiu da praça do Derby, bem distante do desfile, como já tem sido uma tendência há alguns anos. Marchou pelas ruas vazias do centro da cidade em um dia de feriado. Os vários carros de som davam o tom festivo, distracionista e ecoavam paródias em que se dizia “não mexam

com meu candidato Luís Inácio”. O microfone não era aberto a partidos, apenas a “movimentos”, porém, a política expressa era nitidamente partidária, monopartidária, aliás. PSTU, PSOL/PCB e outros propagandeavam seus nomes e propostas somente no asfalto. A palavra foi negada ao POR. Apesar disso, montamos nossa banca na concentração, o jornal, folhetos e livros atraíram a atenção da vanguarda. Distribuímos o manifesto, propagandeamos a defesa de enfrentar os ataques de Temer e do próximo governo burguês que resultar das eleições com os métodos e estratégia da classe operária. Na contracorrente da maré eleitoreira, reafirmamos a urgência de superar a crise de direção e de reconstruir a IV Internacional, Partido Mundial da Revolução Socialista.

São Paulo

Divisionismo e eleitoralismo

Houve três atos: um no Largo São Francisco, outro na Praça Oswaldo Cruz e o do ABC. A Pastoral Operária e as correntes de esquerda estiveram no Largo São Francisco, que caminhou em direção ao Centro Cultural dos Correios, que homenageia Dom Paulo Evaristo Arns. Teve uma conotação bastante religiosa e também eleitoral. No carro de som, havia a foto do

Cardeal Arns, que foi saudado pelo Frei Gustavo Medella. Coube ao padre Lancelotti denunciar as perseguições sobre os excluídos. As correntes de esquerda, PSTU, MAIS, PCB e PSOL, compareceram, cada uma com seus respectivos candidatos às eleições, e com os discursos contra as reformas de Temer. Entre um e outro discurso, houve as apresentações culturais.

Os atos foram divisionistas e tinham como essência aproveitar o momento eleitoral para a propaganda suas candidaturas.

As denúncias dos efeitos das reformas antinacional e antipopular serviam apenas de recheio aos eleitoralistas.

A Central de Movimentos Populares, CUT e o PT se concentraram na Praça Oswaldo Cruz e fizeram uma passeata até o Parque Ibirapuera. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC convocou para a Praça da Matriz, em São Bernardo do Campo. Ambos estavam sob a bandeira de “Lula Livre”. Os discursos convergiam para o argumento eleitoral de que a prisão era a demonstração de que os golpistas não “querem o povo melhor, que querem manter a desigualdade no país, manter o poder na mão de poucos, etc.”. Portanto, em defesa da candidatura de Lula e da volta do PT ao poder do Estado.

Como se vê, foram atos divisionistas, que tinham como essência aproveitar o momento eleitoral para a propaganda suas candidaturas. As denúncias dos efeitos das reformas antinacional e antipopular serviam apenas de recheio aos eleitoralistas. A Pastoral, por sua vez, procurou usar esse dia para avivar a memória do Cardeal, tido como “figura central do processo de redemocratização e defensor da justiça social”.

Nota-se que, a cada ano, o “grito dos excluídos” foi perdendo força e expressando o divisionismo das centrais sindicais, movimentos populares e correntes de esquerda. Apesar do desemprego, subemprego, miséria e pobreza, não há disposição política para aglutinar os explorados para enfrentar os planos de fome da ditadura civil de Temer e dos capitalistas.

O POR esteve presente no ato do Largo São Francisco com o Manifesto e divulgando o jornal Massas, livros e outras publicações.

Estudantes protestam contra a reforma do ensino médio e a BNCC

Nas últimas semanas, os secundaristas de São Paulo realizaram dois atos na Av. Paulista, contra a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Mostraram disposição de luta, bloqueando as ruas do centro da cidade, utilizando palavras de ordem como: “se a reforma passar, a gente vai ocupar!”.

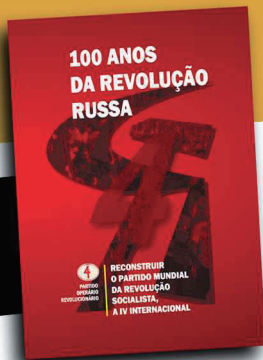
Os estudantes têm tentado projetar esse movimento para as ruas, o que é correto. Estão sozinhos, por enquanto, nesse intento. Disposição de luta certamente existe entre os professores e funcionários de escola. Mas, permanecem imobilizados pela política de suas direções sindicais, envolvidas até o pescoço na disputa eleitoral. Estas não querem saber de realizar assembleias, paralisações e outras medidas concretas, no campo de luta próprio dos trabalhadores, com o método da classe operária.

É necessário apoiar o movimento estudantil, mas não somente em palavras. As reuniões voltadas ao esclarecimento já deram o que tinham que dar. Todos já sabem os males que a reforma e a BNCC vão trazer, principalmente para a juventude oprimida e explorada: mais alienação, desemprego, expulsão dos estudantes trabalhadores e privatização da educação pública. Enquanto que, para os ricos, nada mudará.

Os próprios secundaristas precisam compreender que as suas manifestações estão cumprindo um importante papel, mas é preciso vencer o isolamento e expandir a mobilização. Daí a importância dos grêmios para a mobilização das escolas. Cabe, também, trabalhar por unir as reivindicações estudantis com as da classe operária e demais explorados, de emprego, salário e direitos e contra as reformas antinacionais e antipopulares do governo golpista de Temer.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

Mauá

LEI ELEITORAL IMPEDE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES. ALUNOS SEM AULA. ATRIBUIÇÃO COMPULSÓRIA

A diretoria de ensino vem cumprindo as determinações da lei eleitoral, que proíbe a contratação de professores para as aulas livres ou em substituição. Como há classes sem professores, a diretoria de ensino iniciou, no dia 24 de agosto, a retirada de professores que atuam em projetos (salas de leitura, mediação) para assumir classes ou aulas. Os professores questionaram essa medida autoritária, atribuição compulsória. O tais projetos, na realidade, não passavam de palavreado sobre a qualidade do ensino. Poderiam ser extintos a qualquer momento. Foi o que ocorreu.

Indignados com a decisão, os professores recorreram ao sindicato (subsede da Apeoesp), visando a brechar a ação da diretoria de ensino. Em reunião, houve concordância em realizar uma manifestação, que ocorreu no dia 29. Apesar de mostrarem que há professores com contratos ativos em várias disciplinas, e outros classificados como “V”, o dirigente e supervisores de ensino disseram apenas que cumpriam ordens e a lei. Como sempre, para dividir os professores, foram dando soluções in-

dividuais, sem dar garantia que os mesmos terminem o ano com suas respectivas funções, iniciado no início do ano.

Diante da intransigência, a subsede convocou para um ato na Secretaria da Educação, que ocorreu no dia 5 de setembro. A equipe responsável por atribuições do CGRH fingiu de morta. Disse que desconhecia a orientação e, como sempre, ficou de mandar uma resposta. Passados alguns dias, veio a resposta: aplicar a resolução.

Eis aí o exemplo de como o governo trata a educação. Voci-fera em favor da escola de qualidade, dos projetos, da educação crítica e outras tantas verborragias. Usa a Lei eleitoral para impor mais precariedade nas condições de trabalho. Mas, na prática, impõe o desempregado e subempregado e atribuições compulsórias. É fundamental extrair uma lição desse movimento: somente com a luta coletiva (professores e estudantes) é possível impor nossas reivindicações. O governo usa a divisão entre os professores (efetivos, contratados F, V, O, etc.) para impor medidas cada vez mais autoritárias e contra a educação pública.

Caucaia

Secundaristas em luta

No início deste ano de 2018, iniciou-se a atuação da Corrente Proletária Secundarista (CPS) no Município de Caucaia (Grande Fortaleza), fazendo um trabalho junto aos estudantes, defendendo seus direitos, denunciando a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A CPS tem atuado nas EEF Raimundo Jerônimo de Souza e EEM José Sarney. Nesta última, lutamos para que se realize o debate sobre a BNCC e na escola municipal contra a atual gestão escolar, indicada pelo Prefeito Naumi Amorim (PSL).

A reforma do ensino médio não vem sendo debatida entre os estudantes, uma vez que tanto o grêmio como a direção escolar evitam a discussão. Mas, o Boletim da CPS (Poder Estudantil) tem explicado o conteúdo da reforma do ensino médio e a BNCC como um brutal ataque aos estudantes, particularmente à juventude oprimida. Além disso, o Boletim aborda, entre outros assuntos, o direito ao aborto para as mulheres trabalhadoras, o sucateamento da escola, o corte de recursos para o PIBID (Programa institucional de bolsas e iniciação à docência) e luta por um grêmio de luta e independente.

Na escola Raimundo Jerônimo, realizamos com sucesso o debate com os alunos sobre o tema da Opressão sobre a mulher, onde duas militantes expuseram o programa do POR sobre opressões. A nossa próxima tarefa é organizar novo debate com temas que aproximem cada vez mais os estudantes.

Governo corta recursos, não contrata funcionários

A escola tem tido sérios problemas organizativos e a gestão escolar quer que os alunos façam papel de funcionários e limpem as salas. O diretor usou a desculpa de que se tratava de um projeto escolar, mas não mostrou onde ele está previsto no regimento escolar. Outra desculpa inventada pelo diretor é de que a tal atividade era uma gincana, que seria apenas um sábado letivo de limpeza na escola, que já ocorreu neste ano. O grêmio, que é apadrinhado pelo diretor interventor da SEDUC (Secretaria da Educação), não consultou ou mobilizou os estudantes contra essa conduta. A luta dos estudantes, pais, professores e funcionários é para que o governo Camilo Santana/PT contrate imediatamente funcionários de serviços gerais para que possam realizar a limpeza na escola.

A tarefa é construir a Corrente Proletária Secundarista

Aos poucos, o movimento estudantil vem crescendo na cidade de Caucaia, e o POR vem ganhando apoio de estudantes secundaristas. Caucaia, como toda cidade, é controlada pela burguesia opressora (comerciantes, industriais), que se aproveita da maioria oprimida com suas falsas promessas nesse período de eleições. A CPS e o POR vêm trabalhando para elevar a consciência da juventude e aproximá-la do programa de luta em defesa da educação e contra os governos burgueses.

São Paulo

Lançamento do livro “Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista: Reconstruir a IV Internacional”

No dia 2 de setembro, a militância do POR e convidados fizeram um ato político celebrando o lançamento do livro sobre os 80 anos da IV Internacional. Na apresentação, foi exposta a trajetória da classe operária na construção de seu partido internacional. A primeira experiência, em 1864, firmou as premissas de que o capitalismo é um sistema econômico mundial, sendo o proletariado e a burguesia classes internacionais. Ante a brutal derrota da Comuna de Paris e a difícil construção que abarcava anarquistas, marxistas e outros, a Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional) esgotou-se. Em 1889, foi fundada a II Internacional, que sucumbiu ante a deflagração da I Guerra Mundial, quando a socialdemocracia se submeteu à política do imperialismo. Lênin e outros revolucionários se empenharam, então, na construção da III Internacional, que se ergueu sobre a experiência da primeira revolução proletária vitoriosa. Ante a degeneração burocrática conduzida por Stalin, Trotsky encabeçou a defesa do internacionalismo por meio da oposição de esquerda na Rússia, depois Oposição Internacional e, ante a falência definitiva da III Internacional, contaminada pela teoria do socialismo em um só país, construiu a IV Internacional, fundada em 3 de setembro de 1938.

Um dos camaradas expôs os documentos da IV Internacional reproduzidos no livro. Mostrou como o processo de construção de uma direção está determinado pelos fatores objetivos, no caso, a iminência da II Guerra mundial, e a ameaça de mergulhar a humanidade na barbárie. Assim, apesar do descompasso do fator subjetivo, impactado pelas derrotas organizadas por Stalin no mundo, e a expulsão, perseguição e assassinato dos revolucionários pelas mãos da polícia política da burocracia soviética, iniciou-se a tarefa da construção dos partidos em vários países. O método sempre foi o da delimitação programática com o reformismo e estalinismo. O programa tem de responder às questões objetivas e ajudar as massas a acelerar processo político. A partir da criação da IV, a tarefa é a de aplicar o Programa de Transição às particularidades nacionais. O único partido trotskista a cumprir essa tarefa, apesar do isolamento, foi o POR boliviano.

Outro companheiro expôs a experiência da seção boliviana em sua luta contra o revisionismo em defesa do internacionalismo. Mostrou as fases de desenvolvimento do partido. Destacou o momento em que Guillermo Lora iniciou um trabalho de penetração no proletariado mineiro, tendo como expoente a aprovação das Teses de Pulacayo, em 1946, e a constituição do bloco mineiro parlamentar (POR-FSTMB), no ano seguinte. Com a morte de Trotsky, a IV caiu nas mãos do revisionismo pablista que, além de não contribuir com a luta revolucionária na Bolívia, ainda promoveu cisões em torno da defesa de que o POR se convertesse na ala esquerda do nacionalismo burguês. Posteriormente, o Secretariado Unificado (SU) desvia-se para o foquismo na América Latina e o POR teve a firmeza de reafirmar o caráter insurrecional da revolução proletária. O POR boliviano preservou e desenvolveu as ideias marxistas e

engajou-se na tentativa de reconstrução da IV Internacional. Depois de experiências fracassadas, em janeiro de 1990, se funda, em uma Conferência, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI).

A explicação sobre o CERQUI, seu método de construção dos partidos-programa e resoluções foi o conteúdo da terceira parte do livro. Em um cenário de ascenso da luta de classes ante o neoliberalismo na América Latina, derrota do estalinismo e estilhaçamento do trotskismo, foram realizados três congressos e três conferências. Por meio de sua revista *Revolução Proletária* e boletins, o CERQUI respondeu aos grandes problemas da luta de classes mundial. Rejeita a campanha burguesa de fim do comunismo após a queda do muro de Berlim. Na Guerra do Golfo, declarou apoio incondicional ao Iraque, contra a agressão imperialista. Mostrou que a intervenção imperialista na ex-Iugoslávia retratava a desintegração do capitalismo.

O funcionamento orgânico foi suspenso de 1998 a 2011, em razão de uma ruptura no Comitê Construtor do POR da Argentina. Os embriões partidários da Argentina e Brasil se dedicaram à construção do partido-programa. O POR boliviano teve importante papel nos levantes conhecidos como Guerra da Água, em 2005. Sob o impacto da crise econômica mundial, os documentos do CERQUI expressaram a nova etapa da luta de classes mundial e o avanço das tendências bélicas e direitização dos governos burgueses.

A última exposição trouxe documentos escritos pela seção brasileira, contando a história da oposição de esquerda e seu legado programático.

Abriram-se, então as intervenções do plenário. Alguns operários que militaram no PCB ou PCdoB questionaram se o fechamento da II Internacional não se justificava ante a ameaça militar imperialista. Foi respondido que o que se apresentava como defesa da Rússia, na verdade era defesa dos interesses da burocracia e que a liquidação da III Internacional, chegando a seu fechamento por decreto em 1943, em nome da convivência pacífica com o imperialismo, foi um crime contra o proletariado. Parte das dúvidas foi respondida, sem que se perdesse a centralidade do debate sobre a IV Internacional. Foi destacado o método do Programa de Transição. E o quanto a estratégia determina o método e a tática. Aspectos particulares do Programa de Transição, como os comitês de fábrica, foram explicados e debatidos.

No início do ato, foram dados vários informes de lutas nas categorias em que os companheiros militam e da greve na Lorenzetti contra a implantação da reforma trabalhista. Reivindicar a reconstrução da IV Internacional exige um esforço permanente para erguer o partido no Brasil, encarnar as ideias revolucionárias na classe operária. Ao final, foi lido um manifesto pela reconstrução do partido mundial da revolução socialista, todos se colocaram de pé e cantaram o hino da Internacional. Os presentes de punhos cerrados entoaram: “Viva a IV Internacional”.

Nesta edição:

- IV Congresso do CERQUI: Sob a bandeira de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.
- IV Congresso do CERQUI: Homenagem aos 80 anos da fundação da IV Internacional.
- IV Congresso do CERQUI: Informe político da seção brasileira.
- Cuba: Reflexos do processo de restauração capitalista na estrutura política do Estado.
- Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



IV Congresso do Comitê de Enlace (CERQUI) Sob a bandeira de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista

O Congresso foi realizado nos dias 8 e 9 de setembro, em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, e discutiu os seguintes pontos: 1) Informes de atividades e tarefas; 2) Resolução sobre a situação mundial; 3) Resolução sobre América Latina; 4) Informes políticos das seções Argentina, Brasil e Bolívia.

Em sua abertura, foi lido e aprovado por aclamação o Manifesto dos 80 anos da IV Internacional. O essencial de seu conteúdo se sintetiza na bandeira de *“Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional”*.

As discussões e resoluções convergiram para responder à profunda crise do capitalismo mundial, à agudização da luta de classes e à crise de direção revolucionária. De maneira que o IV Congresso do CERQUI ocorreu sob o Programa de Transição da IV Internacional. Reafirmou sua vigência como base e guia da constituição dos partidos-programas em cada País.

A dissolução da IV Internacional se deu precisamente pelo fato de suas seções não se formarem elaborando o programa de acordo com as particularidades nacionais da revolução proletária. O revisionismo, que se manifestou em seu interior no início de 1950, inviabilizou o curso do fortalecimento da IV Internacional, fundada em 3 de setembro de 1938. A sua fragmentação em inúmeras correntes centristas impôs um atraso no objetivo de construir os partidos-programas e avançar na tarefa de superação da crise de direção, como reconhece o Programa de Transição.

O isolamento do Partido Operário Revolucionário da Bolívia – única organização trotskista que elaborou o programa e penetrou no seio do proletariado – impossibilitou a constituição de uma fração marxista-leninista-trotskista internacional, em oposição ao revisionismo e à dissolução da IV Internacional. Essa impossibilidade faz parte do atraso da luta da vanguarda revolucionária pela superação da crise mundial de direção.

A formação do CERQUI, em janeiro de 1990, quando se realizou sua primeira Conferência, sob a direção de Guillermo Lora, foi um passo no sentido de projetar as conquistas do POR boliviano e iniciar um trabalho internacional pela recuperação



do terreno perdido. Chegamos ao seu IV Congresso sem que alterasse significativamente sua existência embrionária. No entanto, o CERQUI se acha mais avançado organizativamente, depois de um interregno de seu funcionamento orgânico entre 1998 a 2011 e, principalmente, após a morte de Guillermo Lora, em maio de 2009. O interregno não significou ruptura ou interrupção do trabalho internacional. Impôs-se devido às debilidades das seções argentina, brasileira e chilena.

O IV Congresso contou com o avanço das seções argentina e brasileira na construção do partido-programa. O POR boliviano, por sua vez, teve de arcar pesadamente com a perda de seu dirigente histórico. Necessariamente, passou pelas dificuldades de consolidar a direção partidária, embora mantivesse à sua frente o núcleo central que se encarregou de dar continuidade ao partido. Uma nova tarefa foi colocada em suas mãos, que era e é de assumir plenamente a luta pelo fortalecimento do CERQUI.

As discussões internas ao CERQUI, colocadas principalmente no III Congresso, indicaram a necessidade de homogeneizar a compreensão sobre o trabalho internacional. Não há outra via para se alcançar esse objetivo, a não ser assimilando o combate do leninismo-trotskismo ao revisionismo estalinista, a importância da fundação da IV Internacional nas condições de crise de direção mundial e a posterior falência da direção que herdou o trabalho de sua continuidade após o assassinato de Trotsky.

Coincidentemente, o aniversário de 80 anos de fundação da IV Internacional esteve presente no IV Congresso do CERQUI e impulsionou o esforço de entendimento da importância de

superar o trabalho empírico e os traços federativos de seu funcionamento, até certo ponto impostos pelas condições objetivas. O IV Congresso, movido por discussões calorosas, expressou a compreensão de que a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista é uma tarefa de grandes proporções. As condições objetivas do capitalismo em decomposição são favoráveis, mas o profundo retrocesso sofrido pelo movimento revolucionário com a destruição da III Internacional e o triunfo restauracionista que levou ao desmoronamento da União Soviética se levantam como um gigantesco obstáculo. A tendência de agravamento da luta de classes em toda a parte e as novas experiências de vidas pelo proletariado mundial facilitam o trabalho do CERQUI.

O funcionamento elementar da direção se revela na constante elaboração da linha internacional de intervenção do CERQUI por meio de um boletim regular, que deve ser um guia a todas as seções e um instrumento voltado a penetrar na vanguarda revolucionária, objetivando construir os partidos-programas e, assim, fortalecer o CERQUI.

Avaliação crítica e tarefas

O IV Congresso teve como ponto alto o informe de atividades do CERQUI e os informes das seções Argentina, Brasil e Bolívia. Há que se destacar também aspectos novos que compareceram na resolução sobre a América Latina, principalmente quanto à análise em torno à direitização da política burguesa, a derrocada do nacional-reformismo e a caracterização de governos bonapartistas. A resolução internacional confirmou e desenvolveu as teses do III Congresso.

Logo mais serão publicados os documentos aprovados no Boletim do CERQUI. A vanguarda e todos aqueles que se colocam no campo de luta do proletariado poderão avaliar criticamente a orientação geral e as particularidades das teses internacionais e, em especial da América Latina. Assim, nos limitamos a expor o resultado da discussão em torno ao informe sobre o CERQUI e as tarefas.

O III Congresso, realizado em 2016, assentou a posição de que as seções constituem um só partido internacionalista, regido pelo centralismo democrático, pela elaboração coletiva e pelo método marxista da crítica e autocrítica.

As particularidades nacionais devem expressar as leis gerais da economia e da luta de classes, bem como a concepção

IV Congresso do CERQUI

leninista do partido. A forma mais acabada do Partido Mundial se materializou na III Internacional dos seus Primeiros Quatro Congressos. A liquidação da III Internacional pela política da burocracia estalinista e a dissolução da IV Internacional, sob a direção revisionista, criaram um vácuo na organização do proletariado mundial como classe independente.

O CERQUI se levanta como uma célula viva na imensa devastação dos partidos, que se constituíram impulsionados pela Revolução Russa. O POR da Bolívia, fundado em 1935, portanto, com uma longa experiência na luta de classes, conservou-se como o germe do internacionalismo marxista-leninista-trotskista. É por essa via que se iniciou a luta programática pela reconstrução da IV Internacional. Trata-se de um reconhe-

cimento programático, teórico e prático dessa constatação. Eis por que esteve na base da discussão sobre o balanço de atividades do CERQUI.

A conclusão crítica de que não conseguimos cumprir a decisão do III Congresso de funcionar a direção eleita tem a ver não só com o caráter embrionário das seções argentina e brasileira, o que,

de fato, tem um peso extraordinário, mas também com a própria compreensão do POR boliviano sobre a tarefa de dar um passo à frente na constituição da direção do CERQUI. Direção essa que responde ao Congresso e Conferência internacionais. O funcionamento elementar da direção se revela na constante elaboração da linha internacional de intervenção do CERQUI por meio de um boletim regular, que deve ser um guia a todas as seções e um instrumento voltado a penetrar na vanguarda revolucionária, objetivando construir os partidos-programas e, assim, fortalecer o CERQUI.

Quanto mais as seções intervierem em seus países com a política internacional do proletariado, concretamente desenvolvida pelo CERQUI, mais firme se torna o combate pela superação da crise de direção. Esse conteúdo condicionou as análises e fundamentações sobre que caminho tomar para reconstruir a IV Internacional. Houve uma compreensão coletiva de que é preciso observar e enfrentar o internacionalismo formal.

A aprovação por unanimidade do informe de atividades e das tarefas, depois de uma ampla discussão crítica sobre o não cumprimento da decisão do III Congresso, constitui um marco para uma nova etapa de desenvolvimento do CERQUI. A direção eleita está obrigada a despendar o máximo de esforço para que na prática esse marco se confirme.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Homenagem aos 80 anos da fundação da IV Internacional



No sábado, 8 de setembro, foi realizada, na Aula Magna no Campus Universitário da UAGRM (Universidad Autónoma Gabriel René Romero), em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia. O ato, organizado pelo POR boliviano, foi dedicado aos 80 anos da fundação da IV Internacional. Tratou-se de uma atividade internacionalista do IV Congresso do Comitê de Enlace. Os presentes se colocaram de pé e entoaram o hino da Internacional.

O ato se destacou por demonstrar que a incansável luta de Trotsky por construir uma nova internacional, em face da liquidação da III Internacional pelo estalinismo, exigia assimilar as conquistas teóricas, programáticas e políticas do POR boliviano, dirigido por Guillermo Lora.

De fato, não há na história nenhum outro partido que se reivindique do trotskismo que tenha realizado a tarefa de se constituir em partido-programa e penetrar nas massas com a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Eis por que o POR Boliviano preservou a essência do trotskismo, o marxismo-leninismo da nossa época. O que lhe permitiu combater e derrotar o revisionismo oportunista das correntes que degeneraram a IV Internacional e acabaram, por uma ou outra via, submetendo-se ao nacional-reformismo, ao foquismo e ao eleitoralismo mais abjeto.

Ramón Basko, do POR da Argentina, disse que o POR boliviano demonstrou ser possível penetrar no seio do proletariado e elevá-lo em classe consciente, capaz de encarnar a revolução proletária em um país atrasado. E que era na base dessa experiência que o CERQUI poderá travar a batalha para atrair ao campo revolucionário a vanguarda operária e popular de nosso continente.

Atílio de Castro, do POR do Brasil, iniciou apresentando o novo livro editado pela seção, *Pôr em Pé o Partido Mundial da Re-*

volução Socialista, demonstrando os elos históricos que uniam a luta de Trotsky pela IV Internacional e a do POR na Bolívia como único partido trotskista que concretizou a tarefa de aplicar o Programa de Transição à realidade concreta. Eis por que, disse, foi na Bolívia que se derrotou o revisionismo pablista, não apenas teoricamente, como também na prática. E que seu isolamento seria, finalmente, superado quando a vanguarda assimilasse criticamente essa experiência para a construção do partido revolucionário e a aplicasse na reconstrução da IV Internacional.

Ariel Román, pela direção do POR da Bolívia, assinalou que as tarefas colocadas pela IV Internacional continuavam vigentes. E que a vanguarda precisava se apoiar na disposição combativa das massas em nível mundial. Nessa perspectiva, indicou que estava colocada a tarefa de forjar os partidos marxista-leninista-trotskistas no seio do proletariado. O que coloca a vigência do Programa de Transição e a concepção leninista-bolchevique do partido, capaz de dirigir as massas à vitória. Destacou, finalmente, que a importância do POR da Bolívia reside no fato de ser referência obrigatória para compreender que é possível a direção revolucionária mundial se constituir na base da luta pela penetração e elevação política da classe operária.

O fundamental do ato esteve em que assinalou as tarefas práticas que cabem ser realizadas pelo Comitê de Enlace. Trata-se de constituir a direção política e física das massas exploradas e oprimidas do continente. E, dessa forma, cumprir a tarefa de penetração no seio do proletariado latino-americano, ajudando-o a transformar seu instinto comunista em política revolucionária consciente.

De punhos erguidos, a militância e os convidados saudaram os 80 anos da IV Internacional com viva ao Partido Mundial da Revolução Socialista.

Publicamos abaixo o informe político apresentado por nossa seção no IV Congresso do Comitê de Enlace, aprovado por unanimidade depois de submetido à discussão crítica.

Informe político da seção brasileira.

1. A política e as ações do governo de Michel Temer confirmaram que se trata de uma ditadura civil, como foi caracterizada pelo XIV Congresso. Somente o POR reconheceu que o golpe de Estado, realizado por meio de manobras institucionais, deu lugar a um governo que respondia tão somente aos ditames do capital financeiro e dos poderosos monopólios. Não se tratava apenas de uma fratura formal na democracia oligárquica. Mas de uma fratura imposta pela frente burguesa golpista para promover uma grande virada na política econômica e na influência do capital financeiro sobre a condução do Estado. Na base desse movimento antidemocrático, estiveram o mergulho da economia na recessão, a onda crescente de demissões e o agigantamento da dívida pública. O governo nacional-reformista do PT se mostrou impotente. Sua política

oscilante entre o nacionalismo e o pró-imperialismo já não dava conta das profundas contradições. Naufragou diante das poderosas tendências da crise mundial e da decomposição da economia interna.

2. O golpe de Estado foi gestado e desenvolvido tendo por base as denominadas reformas e o impulso às privatizações. Um objetivo central guiou esse programa de governo: a sustentação da dívida pública e, respectivamente, o pagamento da carga de juros. A reforma trabalhista atendia ao pleito empresarial de eliminar antigas proteções à força de trabalho, consubstanciadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A reforma da previdência reduzia imensamente os recursos do Tesouro Nacional, voltados ao custeio de aposentadorias e pensões. Essa reforma, por sua vez, atendia aos reclamos do capital financeiro, em particular. As privatizações abriam caminho para maior desnacionalização da economia. De maneira que, por cima desse programa, que uniu as principais frações da burguesia nacional, imperavam as diretrizes internacionais do imperialismo. O governo do PT, no segundo mandato de Dilma Rousseff, recém-eleita, não tinha como chefiar essa política, ainda que houvesse disposição para tal, como ficou evidente com a entrega do ministério da Fazenda a Joaquim Levy, representante do capital financeiro. O golpe de Estado, assim, resultou de

um acordo interburguês para derrubar o governo petista e instituir um governo pela via do Congresso Nacional fraudulento e criar condições políticas para impor à maioria nacional oprimida o programa antinacional e antipopular.

3. Ficou claro, desde o início, que o governo de Temer estava encarregado de realizar um brutal ataque à vida da maioria explorada. Criaram-se, assim, as condições políticas para se organizar um movimento nacional. A greve geral de 28 de abril de 2017 marcou a presença da classe operária e expôs a disposição de combate das massas. A luta nacional respondeu às reformas trabalhista e previdenciária, bem como à diretriz de redução dos gastos sociais, regulamentada pela Lei do Teto. A rejeição generalizada ao governo usurpador assinalou o caminho por onde se

A subordinação da ação direta à estratégia de conciliação de classes e a submissão à democracia burguesa permitiram que o governo tomasse fôlego perante a crise política. E, assim, conseguisse implantar a reforma trabalhista. Somente não foi adiante com a reforma da previdência porque seu violento projeto provocou uma divisão na própria burocracia, que envolveu todos os poderes do Estado. É fundamental esse balanço porque evidencia a traição da burocracia sindical, cujas frações refletem as posições político-partidárias da burguesia e da pequena burguesia.

derrotaria o programa antinacional e antipopular e poria abaixo a ditadura civil. As direções burocráticas e colaboracionistas das centrais sindicais, coordenadas pela CUT e Força Sindical, porém, convocaram a greve geral apenas para fazer uma limitada demonstração de força ao Congresso Nacional golpista e a Temer. Imediatamente, romperam a frente única diante da possibilidade de a classe operária se utilizar da greve geral para confrontar o governo e avançar no campo da independência de classe contra o Estado burguês. A subordinação da ação direta à estratégia de conciliação de classes e a submissão à democracia burguesa permitiram que o governo tomasse fôlego perante a crise política. E, assim, conseguisse implantar a reforma trabalhista. Somente não foi adiante com a reforma da previdência porque seu violento projeto

provocou uma divisão na própria burocracia, que envolveu todos os poderes do Estado. É fundamental esse balanço porque evidencia a traição da burocracia sindical, cujas frações refletem as posições político-partidárias da burguesia e da pequena burguesia. A situação objetiva da luta de classes era favorável ao combate generalizado e centralizado contra a frente burguesa golpista e seu governo. A burocracia da Força Sindical se utilizou do movimento para negociar o imposto sindical, um dos aspectos da reforma trabalhista. O resultado foi que desmontou a luta grevista e, no final das contas, o governo manteve

o fim do imposto sindical. A CUT, que segue a política do PT, traiu os explorados em nome da democracia e da candidatura presidencial de Lula, que daria legitimidade para negociar as reformas. A burocracia, cada fração a sua maneira, portanto, se curvou perante a ofensiva do grande capital nacional e imperialista.

4. O movimento do impeachment de Dilma Rousseff, a instalação da ditadura civil e os consequentes ataques à classe operária demonstraram a falência política do nacional reformismo petista. Desde o processo do “mensalão”, 2005, a fração burguesa mais à direita indicou a via do golpe de Estado. O governo de Lula, o PT, a CUT e a Frente Brasil Popular, no entanto, já estavam irremediavelmente comprometidos com as alianças oligárquicas e submetidos à democracia burguesa. O golpe de Estado, 2016, portanto, vinha sendo gestado dentro e fora dessa aliança e das instituições estatais. Os anos de governabilidade petista revelaram à maioria oprimida o caráter de classe de seu governo. A política assistencialista permitiu ao PT ocultar, em certa medida, que encarnava uma forma de governo burguês. O petismo deu continuidade à velha prática da política oligárquica, mergulhando na corrupção. A Operação Lava Jato, por sua vez, deu sequência ao processo do “mensalão”, concluindo com a prisão de Lula. O impeachment interrompeu a experiência das massas com o governo do PT bem no momento em que, mais visivelmente, punha à luz do dia seu conteúdo de classe e sua incapacidade de reagir às pressões do capital financeiro. Lula foi condenado e preso quando contava com enorme apoio eleitoral dos explorados. E continuou a contar, desde a prisão. Essa foi a via que a fração golpista encontrou para impossibilitar o retorno do PT ao poder do Estado. Não foi possível à reação direitista desvincular a prisão de Lula da derrubada do governo de Dilma Rousseff. Apesar de ser uma medida flagrantemente antidemocrática, o PT e seus aliados não arrastaram os explorados por trás de sua campanha de defesa da democracia e da candidatura de Lula.

5. A interrupção da queda econômica, portanto, o fim da recessão, não foi suficiente para amenizar a crise política. Apesar da campanha governamental de que as reformas iriam modificar para melhor a situação econômica, recompondo os empregos, o Ministério Público manteve suas denúncias ao presidente da República, baseadas no escândalo da JBS. O Congresso Nacional golpista garantiu a permanência de Temer, indicando que a transição deveria ser concluída. O fato de ter aprovado a PEC do Teto, a reforma trabalhista e a Lei da Terceirização, bem como acionado o plano entreguista de privatizações, já era suficiente para dar sentido ao golpe de Estado. Evidentemente, de dentro da própria frente golpista, vieram os bombardeios, quando Temer renunciou à batalha pela aprovação da reforma da previdência. O governo mano-

brou com a decisão de intervir militarmente no governo do Rio de Janeiro. Recebeu apoio do Congresso Nacional e das frações burguesas, que pressionam pela centralização autoritária do Estado. Do ponto de vista institucional e político, a ditadura civil estabeleceu um marco da reorganização do aparato de inteligência e de maior influência das Forças Armadas na política nacional. A superação de várias crises seguidas, mas, principalmente, a do escândalo da JBS, deu a dimensão do caráter ditatorial do governo e da arbitrariedade com que o PT e seu caudilho Lula estavam sendo cassados pela Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário. O governo está prestes a concluir a transição autoritária com o País quase estagnado, milhões de desempregados e subempregados e a miséria crescente. O fundamental desse processo está em que o desmonte do movimento de abril do ano passado, que culminou com a greve geral, desviou as massas da luta direta contra o governo antipopular e por suas reivindicações. Somente o proletariado organizado poderia enfrentar o golpe de Estado e a ditadura civil instalada.

6. Em síntese: o golpe de Estado não serviu para as forças burguesas encontrarem um caminho de solução da crise econômica e, consequentemente, da crise política. Tudo indica o contrário. A burguesia está diante de uma situação de polarização entre as classes. A greve geral, notadamente, constituiu um marco dos choques que estão por vir. O golpe de Estado possibilitou a substituição da política de colaboração de classes, encarnada pelo PT, pela política de ataque aberto e de confronto. Nesse mesmo sentido, substituiu-se a política do seminacionalismo pela

Em síntese: o golpe de Estado não serviu para as forças burguesas encontrarem um caminho de solução da crise econômica e, consequentemente, da crise política. Tudo indica o contrário. A burguesia está diante de uma situação de polarização entre as classes. A greve geral, notadamente, constituiu um marco dos choques que estão por vir.

do francamente pró-imperialismo. Sem os meios objetivos para a burguesia nacional impulsionar as forças produtivas, reduzir a taxa de desemprego e melhorar, ainda que minimamente, as condições de vida da maioria oprimida, o novo governo que virá das eleições de outubro se chocará imediatamente com as massas. Terá de manter a linha de ataque traçada pela ditadura civil. Esse é o grande problema que está condicionando a disputa eleitoral. A maioria oprimida, ou rechaça, ou vê com desconfiança a continuidade da frente golpista, identificada pela candidatura de Alckmin. O partido do presidente usurpador, MDB, não tem como liderar um movimento eleitoral que alinhe as principais forças do capital e arraste atrás de si a população. A ausência de Lula, que tem seus direitos políticos cassados, por seu turno, contribui significativamente para a potenciação eleitoral de uma direita fascizante e de uma aparente esquerda de traços oligárquicos e na-

cionalistas. Ambos os casos, de um lado, Jair Bolsonaro e, de outro, Ciro Gomes, não representam a necessidade e a vontade política das frações burguesas dominantes. O risco de não se instituir um governo de continuidade reflete a profunda decomposição da política burguesa. O PT se encontra em um impasse, uma vez que sua sobrevivência como um importante partido da ordem depende de Lula. Sem o caudilho, não tem como liderar a Frente Popular, que serviu à sua ascensão ao Estado e à implantação da política de colaboração de classes. A esquerda reformista e centrista, que ainda ostenta a bandeira do socialismo, comparece dividida e impotente. É, nessa situação, que a vanguarda revolucionária tem de travar o combate pela independência de classe do proletariado e da maioria oprimida. As condições são favoráveis para demonstrar aos explorados que as eleições são instrumento de dominação burguesa.

7. O POR lutou com todas suas forças contra o golpe de Estado. Rechaçou a ação antidemocrática, policial e judicial contra o PT. Colocou-se contra a prisão de Lula e pela garantia de seus direitos políticos. Levantou como bandeira as reivindicações mais elementares da classe operária, dos camponeses pobres e da pequena burguesia arruinada.

Fez campanhas sistemáticas pela derrubada das reformas antinacionais e antipopulares da ditadura civil. Trabalhou, empenhadamente, na organização da frente única de ação direta, que culminou com a greve geral e as manifestações de rua. Defendeu a frente única anti-imperialista, como a tarefa a ser cumprida nas condições de crise e de ofensiva do grande capital contra a economia nacional e as massas. Interveio na constituição dos comitês de frente única de luta. Em especial, diante do golpe, combateu a estratégia do PT e aliados de defesa da democracia burguesa. Distinguiu-se taticamente por não participar das manifestações que tinham por objetivo a estratégia de recompor o campo político de colaboração de classes. Em contraposição, trabalhou pela frente única de combate ao movimento do impeachment e ao governo golpista, sob as bandeiras dos explorados e do método da ação direta. Diante dos choques interburgueses em torno da corrupção e, em particular, da prisão de Lula, o POR fez campanha por um Tribunal Popular. Essa bandeira separou a posição marxista das posições direitistas, reformistas e centristas. Em toda essa luta, explicou incessantemente a estratégia da revolução proletária, levantando a bandeira do governo operário e camponês.

Cuba

Damos continuidade à análise do projeto de reforma da Constituição cubana.

Reflexos do processo de restauração capitalista na estrutura política do Estado



Para compreendermos o conteúdo e alcance das mudanças nas Estruturas Políticas contidas no projeto de nova Constituição, aprovado em julho passado, é necessário pôr de relevo que são os processos e contradições na base econômica que, em determinado momento, se manifestam e se expressam na superestrutura política.

A Constituição de 1976 refletia o fortalecimento conjuntural do estalinismo castrista, apoiado na defesa das conquistas revolucionárias: a propriedade social, a economia planificada

e o monopólio do comércio exterior. Diferentemente, o novo projeto corresponde à bancarrota do estalinismo mundial, à crise da direção revolucionária, à ofensiva da burguesia imperialista e ao avanço da propriedade privada no seio da economia estatizada.

Na constituição de 1976, se afirmava que “Os órgãos do Estado integram-se, funcionam e desenvolvem sua atividade na base dos princípios da democracia socialista, a unidade do poder e o centralismo democrático”. No novo projeto, se mantém a for-

mulação abstrata da “democracia socialista”, enquanto que o “centralismo democrático” (expressão teórica do método e funcionamento da democracia proletária: a mais ampla divergência interna, ação única e disciplinada na luta de classes) desaparece como método de funcionamento dos órgãos estatais. Evidentemente, essa formulação não passou de formalidade jurídica. Desde sempre imperou o centralismo burocrático no Estado cubano.

Ocorre que a burocracia, adaptada ao processo de restauração e pressão do imperialismo, já não pode conservar sequer a formalidade. Nem por isso, devemos desconhecer que se trata de uma mudança nas formas e métodos de governo. Não por acaso, a “subordinação da minoria à maioria”, presente no novo texto, é um princípio que também serve à democracia “formal” burguesa. Ressaltamos o conceito “formal”, porque a democracia burguesa exclui de fato a centralização da minoria à decisão da maioria. A burguesia minoritária exerce sua ditadura de classe. Esse fundamento rege sempre a subordinação da maioria explorada à minoria exploradora. A subordinação é garantida pelo poder econômico, pela polícia, exército, judiciário, etc.

Na Constituição de 1976, destacava-se que “*todos os órgãos do poder do Estado*” são eleitos e revogáveis a qualquer momento, “*quando não se justifica a confiança depositada neles.*” Convém ainda ressaltar que os deputados recebiam o salário de sua atividade e que deviam continuar vinculados a seu posto de trabalho. Na nova Constituição, não mais existe essa referência, o que abre caminho à remuneração das funções executivas, legislativas e administrativas de forma diferenciada. Criam-se as condições para a “profissionalização” da atividade política.

Essa profissionalização se ajusta às mudanças na estrutura política do Estado cubano. Cria-se o cargo do Presidente da República, que passará a ser o chefe político do Estado, e não mais será eleito entre os membros do Conselho do Estado, mas pela ANPP. O presidente será escolhido por um período de cinco anos e dois mandatos consecutivos. Criam-se também os cargos de vice-presidente e primeiro-ministro, ambos os cargos eleitos pela ANPP. A burocracia restauracionista, assim, compatibiliza a estrutura e o regime político com a democracia burguesa.

As mesmas mudanças se observam nas instâncias executivas e administrativas inferiores. O projeto cria os cargos de governador (eleito pela ANPP, proposto pelo presidente) e de intendente (eleito nos Conselhos locais). Eliminam-se ainda as Assembleias Estaduais do Poder Popular como governo estadual, o que passará a ser exercido pelo governador e um Conselho de Estado.

Finalmente, cria-se o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) como um órgão político de caráter “permanente” (antes se conformava pelos membros da ANPP). Sua principal tarefa, no próximo período, será elaborar o projeto de uma nova lei

eleitoral, que combinará as “velhas formas soviéticas” (local de trabalho, unidade produtiva, etc.) com as circunscrições eleitorais.

Como se pode ver, nessas mudanças, há uma clara viragem nos métodos e formas de governo. Ressalta, especialmente, a combinação de formas coletivas de direção com o exercício do poder por um indivíduo à parte da direção colegiada. De forma que o presidente e primeiro-ministro não apenas encarnarão “a vontade coletiva” da burocracia estatal ou partidária, mas fundamentalmente poderão se apresentar como “representantes” da vontade de todo o povo.

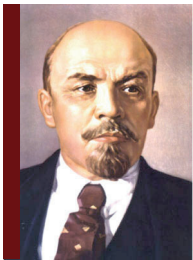
O fato de a nova Constituição manter o PCC como partido único e direção ideológica e política do Estado, portanto, no controle do aparelho estatal e partidário, apenas indica o objetivo da burocracia castrista de controlar o processo da restauração capitalista, mantendo-se no manejo do poder político. Parece, nesse ponto, com o que se passa na China. A permanência da propriedade estatizada sobre grande parte dos recursos e empresas estatais, em última análise, é a garantia para cumprir gradualmente esse objetivo, nas condi-

Há nessas mudanças uma clara virada nos métodos e formas de governo. Ressalta, especialmente, a combinação de formas coletivas de direção com o exercício do poder por um indivíduo à parte da direção colegiada. De forma que o presidente e primeiro-ministro não apenas encarnarão “a vontade coletiva” da burocracia estatal ou partidária, mas fundamentalmente poderão se apresentar como “representantes” da vontade de todo o povo. Como se vê, a burocracia castrista assumiu abertamente a política ditada pelo imperialismo. Precisa ser derrubada pela população cubana.

ções de restauração das relações de produção e de propriedade burguesas.

O reconhecimento da propriedade privada dos meios de produção, da orientação burocrática na formação das empresas “mistas” (que combinam capital privado e estatal), da auto-administração das empresas estatais e da garantia dos investimentos e lucros do capital estrangeiro se expressa como um violento ataque à propriedade social, à direção planificada da economia e ao monopólio do comércio exterior.

O proletariado e campesinato cubanos devem combater o processo de restauração capitalista em curso. Não há outra via a não ser a da revolução política. A burocracia castrista assumiu abertamente a política ditada pelo imperialismo. Precisa ser derrubada pela população cubana. Há que se retomar as raízes do Estado operário que se encontram na revolução de 1959. Há que se estabelecer o governo operário e camponês, a ditadura do proletariado, assentado na organização e democracia operárias. Há que se acabar com o regime ditatorial-burocrático do partido único – todos os partidos que reconhecerem a revolução, a propriedade social dos meios de produção e a luta pelo socialismo, bem como se submeterem à democracia proletária, devem ser reconhecidos e livres para indicarem o melhor caminho para a vitória do socialismo.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Concluimos no Jornal Massas anterior a exposição do V Congresso do POSDR, ocorrido entre 30 de abril e 19 de maio de 1907. Dez anos depois, foi realizado o VI Congresso, em julho de 1917. Nesse espaço de tempo, agravaram os choques e a cisão entre bolcheviques e mencheviques. Estamos obrigados, para seguir passo a passo a luta de Lênin pelo programa e tática revolucionária, a expor os principais acontecimentos desse período.

Em outubro de 1907, foi realizada a “Conferência da Organização de São Petersburgo do POSDR”. A resolução apresentada por Lênin sobre a tática de intervenção na III Duma foi aprovada por maioria contra a dos mencheviques, que pretendia o apoio da socialdemocracia a ala esquerda dos outubristas, que disputavam a presidência desse parlamento monárquico. Lênin argumentará que tanto a ala “outubrista-ultrareacionária” quanto a “outubrista-democrático constitucionalista” eram contrarrevolucionárias. Ao contrário de apoiar sua ala esquerda, era preciso desmascarar a farsa de que representava uma oposição autenticamente democrática. Em síntese, Lênin formula a tática revolucionária a ser aplicada diante da III Duma, defendendo que a socialdemocracia aproveitasse o momento para realizar uma ampla propaganda e agitação “contra o governo ultrareacionário, os latifundiários descaradamente feudais, os outubristas e, também, contra os democratas constitucionalistas”. Explica que “a tarefa da socialdemocracia continua sendo a de difundir entre as amplas massas populares a ideia da Assembleia Constituinte de todo o povo, eleita sobre a base do sufrágio universal”. A Conferência de Petersburgo serviu de base para a preparação da IV Conferência do POSDR, que se realizou entre 5 e 12 de novembro de 1907. Nela foi reafirmada a tática apresentada por Lênin.

Em sua luta para fundamentar as bases econômicas e sociais da revolução democrática, Lênin redige, entre novembro e dezembro de 1907, “O programa agrário da Socialdemocracia na primeira revolução russa de 1905-1907”. Faz um balanço do período revolucionário para propor a revisão do programa agrário. Apresenta uma ampla e profunda análise das condições históricas e econômicas da estrutura agrária da velha Rússia. Uma de suas principais críticas é dirigida aos populistas, cuja visão não ultrapassa “os estreitos horizontes do pequeno proprietário”, incapaz, portanto, de ver o “caráter burguês das relações sociais nas quais participa o campesinato, ao se livrar das travas do feudalismo”. Demonstra duas possibilidades de desenvolvimento agrário-capitalista: ou por meio de lentas reformas, ou por meio da revolução. O programa marxista da socialdemocracia se distingue por desenvolver a luta do campesinato em aliança com a classe operária para realizar as transformações revolucionárias.

Lênin faz uma retrospectiva crítica ao primeiro programa agrário do POSDR, aprovado em 1903, no II Congresso. Conclui: “O erro fundamental do programa agrário de 1903 era, em todo o caso, a ausência de uma ideia exata da finalidade pela

qual pode e deve desenvolver-se a luta agrária no processo de revolução burguesa da Rússia, de quais são os tipos de evolução agrária capitalista objetivamente possíveis ao vencer nessa luta umas ou outras forças sociais”. Afirma a importância do programa agrário aprovado no IV Congresso de 1906, realizado em Estocolmo. Isso por que estabeleceu como tarefa “o confisco das terras dos latifundiários”, que implicou “o reconhecimento da revolução agrária camponesa”. Esse conteúdo programático, no entanto, não foi assimilado por todo o partido.

Lênin trava um duro combate à tese da municipalização agrária. E comprova duas variantes: “Ou reforma agrária stolipiniana, ou nacionalização camponesa revolucionária”. A primeira seria realizada pelos próprios latifundiários, e a segunda pela revolução agrária camponesa. A orientação voltada a criar a propriedade parcelária camponesa era reacionária, diante da orientação voltada à nacionalização das terras. A revolução agrária nos marcos da Rússia atrasada abre o caminho para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Lênin conclui que “a nacionalização não apenas é uma consequência, mas também uma condição para o rápido desenvolvimento do capitalismo”. “A nacionalização é a entrega de toda a terra em propriedade ao Estado. A propriedade significa o direito à renda e à fixação pelo poder estatal das normas, comuns a todo o Estado, da posse e usufruto da terra”.

Obrigatoriamente, coloca-se em discussão a relação entre a revolução agrária e o poder do Estado. Eis a fundamentação de Lênin: “Os camponeses não podem realizar a revolução agrária sem eliminar o velho poder, o exército permanente e a burocracia, que são seguros baluartes da propriedade latifundiária, à qual se acham ligados por mil laços. Por isso, carece de base científica a ideia da revolução camponesa que somente democratize as instituições locais, sem destruir totalmente as instituições centrais”. “O importante é assinalar que deve existir congruência entre as transformações agrárias e as políticas”. Conclui: “O programa agrário da socialdemocracia russa é o programa proletário na revolução camponesa, dirigida contra os restos do regime de servidão, contra todo o medievalismo em nosso regime agrário”. É nesse sentido que Lênin estabeleceu a estratégia da “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”.

Dez anos depois, em setembro de 1917, Lênin agrega um epílogo ao programa agrário da socialdemocracia. As condições haviam amadurecido para transformar a revolução democrática em revolução proletária, socialista. Lênin assinala: “No momento atual, a revolução colocou o problema agrário na Rússia de um modo incomparavelmente mais amplo, profundo e agudo que em 1905-1907. O conhecimento da história do programa de nosso partido na primeira revolução ajudará, assim espero, a orientar com maior acerto as tarefas da atual revolução”. Reconhece que “a nacionalização da terra não só é ‘a última palavra’ da revolução burguesa, mas também um passo para o socialismo”.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, Volume XIII, Akal Editor)